

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	24
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
Notas Explicativas	32
Proposta de Orçamento de Capital	79

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	80
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	51.601
Preferenciais	0
Total	51.601
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	14/08/2018	Ordinária		0,93518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	3.707.029	3.690.947	2.999.419
1.01	Ativo Circulante	800.892	895.908	616.780
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	246.792	409.740	281.910
1.01.03	Contas a Receber	79.877	57.661	44.030
1.01.03.01	Clientes	62.851	44.043	31.723
1.01.03.01.01	Clientes	62.851	44.043	31.723
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.026	13.618	12.307
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Shopping	5.405	7.633	9.313
1.01.03.02.02	Outros Créditos a Receber	11.621	5.985	2.994
1.01.04	Estoques	354.084	291.961	250.607
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.498	119.684	33.928
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.498	119.684	33.928
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	90.498	119.684	33.928
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.641	16.862	6.305
1.02	Ativo Não Circulante	2.906.137	2.795.039	2.382.639
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	745.920	706.530	128.812
1.02.01.04	Contas a Receber	71.500	6.147	3.432
1.02.01.04.02	Depósito Judicial	6.822	6.147	3.432
1.02.01.04.03	Imposto a Recuperar	64.678	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	674.420	700.383	124.988
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	674.420	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	392
1.02.02	Investimentos	9.641	0	1.825.968
1.02.02.01	Participações Societárias	9.641	0	1.825.968
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.641	0	1.825.968
1.02.03	Imobilizado	224.085	198.807	288.029
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	221.140	192.280	287.732
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.945	6.527	297

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.04	Intangível	1.926.491	1.889.702	139.830
1.02.04.01	Intangíveis	1.926.491	1.889.702	139.830

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	3.707.029	3.690.947	2.999.419
2.01	Passivo Circulante	958.981	976.032	910.606
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.615	45.400	39.732
2.01.02	Fornecedores	223.548	274.886	194.819
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	209.695	239.181	184.110
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	13.853	35.705	10.709
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.794	54.435	33.463
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	615.928	469.809	623.641
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	293.503	389.946	429.054
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	278.469	377.495	429.054
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.034	12.451	0
2.01.04.02	Debêntures	321.074	78.576	193.362
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.351	1.287	1.225
2.01.05	Outras Obrigações	47.096	131.502	18.951
2.01.05.02	Outros	47.096	131.502	18.951
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	24.583	96.525	0
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	15.629	29.569	18.951
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar com Derivativos	2.509	0	0
2.01.05.02.10	Financiamento de impostos e incentivos fiscais	4.375	5.408	0
2.02	Passivo Não Circulante	522.175	568.420	407.750
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	495.784	556.805	402.988
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.044	206.114	304.400
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44.044	193.495	304.400
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	12.619	0
2.02.01.02	Debêntures	440.675	338.276	84.886
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.065	12.415	13.702
2.02.02	Outras Obrigações	19.480	5.280	0
2.02.02.02	Outros	19.480	5.280	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02.02.06	Financiamentos de Impostos e Incentivos Fiscais	0	3.621	0
2.02.02.02.07	Obrigações Fiscais	19.480	1.659	0
2.02.04	Provisões	6.911	6.335	4.762
2.02.04.02	Outras Provisões	6.911	6.335	4.762
2.02.04.02.04	Provisão para contringências	6.911	6.335	4.762
2.03	Patrimônio Líquido	2.225.873	2.146.495	1.681.063
2.03.01	Capital Social Realizado	700.000	417.038	268.898
2.03.02	Reservas de Capital	912.505	1.195.011	1.678.919
2.03.04	Reservas de Lucros	613.337	534.446	-185.319
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	0	-185.319
2.03.04.10	Reserva de Lucro	613.337	534.446	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-81.200
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31	0	-235

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.243.520	873.180	739.778
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-451.609	-387.944	-276.378
3.03	Resultado Bruto	791.911	485.236	463.400
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-517.934	-578.833	-393.155
3.04.01	Despesas com Vendas	-489.152	-308.056	-200.686
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-488.337	-301.977	0
3.04.01.02	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-815	-6.079	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-99.075	-184.511	-128.185
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-166.832	-20.033
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	82.493	10.631	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.446	-3.302	-98.909
3.04.05.01	Despesas de depreciação e amortização	0	0	-86.750
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-4.446	-3.302	-12.159
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.754	73.237	54.658
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	273.977	-93.597	70.245
3.06	Resultado Financeiro	-144.551	-155.313	-185.300
3.06.01	Receitas Financeiras	12.488	12.236	37.196
3.06.02	Despesas Financeiras	-157.039	-167.549	-222.496
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	129.426	-248.910	-115.055
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.963	669.478	53.413
3.08.02	Diferido	-25.963	669.478	53.413
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	103.463	420.568	-61.642
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	103.463	420.568	-61.642
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,0051	8,15038	-0,18872
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,0043	8,14391	-0,18872

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	103.463	420.568	-61.642
4.02	Outros Resultados Abrangentes	31	235	227
4.03	Resultado Abrangente do Período	103.494	420.803	-61.415

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.787	191.741	168.296
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	316.865	122.781	107.011
6.01.01.01	Resultado antes dos impostos	129.426	-248.910	-115.055
6.01.01.02	Depreciações, amortizações e "impairment"	75.796	267.343	106.783
6.01.01.03	Custo líquido de ativos imobilizado e intangível baixados	-579	145	-1.544
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	7.754	-73.237	-54.658
6.01.01.05	Provisão para contingências	3.600	50	1.046
6.01.01.06	Despesa de juros	89.414	132.114	143.414
6.01.01.07	Provisão para devedores duvidosos	815	5.851	203
6.01.01.08	Perdas não realizadas com derivativos	2.509	0	0
6.01.01.09	Plano de opções de compra de ações	456	476	-439
6.01.01.11	Provisão para perdas em estoques	0	43.068	8.642
6.01.01.12	Variação Cambial	3.423	688	-17.235
6.01.01.13	Ajuste a valor presente arrendamento	633	695	747
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente PRODEC	618	0	0
6.01.01.15	Perda com NDF	0	0	29.605
6.01.01.16	Provisão para reestruturação	0	-5.502	5.502
6.01.01.17	Provisão para participação nos lucros e resultados	3.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-218.078	68.960	61.285
6.01.02.01	Contas a Receber	-19.623	118.138	23.987
6.01.02.02	Estoques	-62.123	-14.634	-71.657
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-35.492	-35.695	-6.839
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-12.779	-8.204	1.455
6.01.02.05	Outros créditos a receber	-1.207	-1.311	1.219
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-675	-834	-1.398
6.01.02.07	Fornecedores	-51.338	1.916	108.290
6.01.02.10	Obrigações tributárias	-9.093	674	932
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas	-8.785	-1.708	6.677

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-13.939	10.618	-1.381
6.01.02.15	Pagamento de Contingências	-3.024	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156.848	-96.631	-20.012
6.02.01	Acréscimo do imobilizado	-54.301	-35.223	-13.945
6.02.02	Acréscimo do intangível	-85.183	-61.408	-43.632
6.02.04	Valor Recebido de Fundo de Comércio e Venda de Imobilizado	0	0	2.318
6.02.05	Adições de Aplicações Financeiras	0	0	35.247
6.02.06	Aportes de Capital em Investida	-17.364	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-104.887	32.720	-58.352
6.03.01	Financiamentos	644.694	1.058.352	378.077
6.03.05	Dividendos pagos	-96.515	0	0
6.03.07	Aumento de capital	0	140.678	0
6.03.10	Juros pagos	-86.239	-158.151	-109.361
6.03.13	Arrendamento mercantil financeiro	-1.919	-1.920	-1.527
6.03.14	Pagamento de financiamento bancário	-564.908	-1.037.345	-407.892
6.03.15	Pagamento de NDF	0	0	42.323
6.03.17	Dividendos Recebidos	0	28.000	40.028
6.03.18	Caixa incorporado da Controlada	0	3.106	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.948	127.830	89.932
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	409.740	281.910	191.978
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	246.792	409.740	281.910

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	417.038	1.195.011	534.446	0	0	2.146.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	417.038	1.195.011	534.446	0	0	2.146.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	282.962	-282.506	0	0	0	456
5.04.01	Aumentos de Capital	282.962	-282.962	0	0	0	0
5.04.09	Plano de Opções de Compra de Ações	0	456	0	0	0	456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.463	31	103.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	103.463	0	103.463
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31	31
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	31	31
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	78.891	-103.463	0	-24.572
5.06.04	Destinação para Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	50.437	-50.437	0	0
5.06.05	Destinação para Reserva Legal	0	0	5.173	-5.173	0	0
5.06.06	Dividendos Obrigatórios	0	0	0	-24.572	0	-24.572
5.06.07	Absorção de Perdas e Prejuízos Acumulado	0	0	23.281	-23.281	0	0
5.07	Saldos Finais	700.000	912.505	613.337	0	31	2.225.873

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.898	1.493.600	0	-81.200	-235	1.681.063
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.898	1.493.600	0	-81.200	-235	1.681.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	148.140	-6.986	0	0	0	141.154
5.04.01	Aumentos de Capital	148.140	0	0	0	0	148.140
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-7.462	0	0	0	-7.462
5.04.09	Plano de opções de compra de ações	0	476	0	0	0	476
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	420.568	235	420.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	420.568	0	420.568
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	235	235
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	235	235
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-291.603	534.446	-339.368	0	-96.525
5.06.04	Destinação para reserva de incentivos fiscais	0	0	14.142	-14.142	0	0
5.06.05	Destinação para reserva legal	0	0	20.321	-20.321	0	0
5.06.06	Dividendos obrigatórios	0	0	0	-96.525	0	-96.525
5.06.07	Absorção de perdas e prejuízos acumulado	0	-291.603	0	291.603	0	0
5.06.08	Destinação para reserva de orçamento de capital	0	0	499.983	-499.983	0	0
5.07	Saldos Finais	417.038	1.195.011	534.446	0	0	2.146.495

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	268.898	1.494.039	0	-19.558	-462	1.742.917
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	268.898	1.494.039	0	-19.558	-462	1.742.917
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-439	0	0	0	-439
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-439	0	0	0	-439
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-61.642	227	-61.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-61.642	0	-61.642
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	227	227
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	227	227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	268.898	1.493.600	0	-81.200	-235	1.681.063

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	1.692.925	1.190.505	1.029.753
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.611.247	1.196.524	1.028.265
7.01.02	Outras Receitas	82.493	111	1.691
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-815	-6.130	-203
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-557.607	-484.840	-369.478
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-384.107	-387.398	-276.378
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-112.497	-70.524	-65.672
7.02.04	Outros	-61.003	-26.918	-27.428
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.135.318	705.665	660.275
7.04	Retenções	-75.796	-267.343	-106.783
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.796	-100.511	-86.750
7.04.02	Outras	0	-166.832	-20.033
7.04.02.01	Impairment	0	-166.832	-20.033
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.059.522	438.322	553.492
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.734	85.473	91.854
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.754	73.237	54.658
7.06.02	Receitas Financeiras	12.488	12.236	37.196
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.064.256	523.795	645.346
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.064.256	523.795	645.346
7.08.01	Pessoal	273.467	178.929	167.230
7.08.01.01	Remuneração Direta	225.557	137.667	128.111
7.08.01.02	Benefícios	25.797	27.238	26.192
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.113	14.024	12.927
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	408.321	-351.831	224.395
7.08.02.01	Federais	188.701	-560.321	47.628
7.08.02.02	Estaduais	213.110	202.820	171.506
7.08.02.03	Municipais	6.510	5.670	5.261
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	279.005	276.129	315.363

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.01	Juros	157.040	186.068	222.496
7.08.03.02	Aluguéis	121.965	90.061	92.867
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	103.463	420.568	-61.642
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	103.463	420.568	-61.642

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	3.708.429	3.690.947	3.179.649
1.01	Ativo Circulante	801.655	895.908	823.879
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	247.735	409.740	376.414
1.01.03	Contas a Receber	77.374	57.661	68.142
1.01.03.01	Clientes	59.964	44.043	53.404
1.01.03.01.01	Clientes Partes Relacionadas	0	0	858
1.01.03.01.02	Clientes	59.964	44.043	52.546
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.410	13.618	14.738
1.01.03.02.02	Outros Créditos a Receber	17.410	0	0
1.01.04	Estoques	356.385	291.961	335.705
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.498	119.684	36.471
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.498	119.684	36.471
1.01.06.01.02	Impostos a Recuperar	90.498	119.684	36.471
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.663	16.862	7.147
1.02	Ativo Não Circulante	2.906.774	2.795.039	2.355.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	747.364	706.530	95.383
1.02.01.04	Contas a Receber	8.266	6.147	5.333
1.02.01.04.02	Depósito Judicial	6.822	6.147	5.333
1.02.01.04.04	Depósito Garantia	1.444	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	739.098	700.383	89.658
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	674.420	700.383	89.567
1.02.01.07.02	Imposto a Recuperar	64.678	0	91
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	392
1.02.03	Imobilizado	232.782	198.807	370.024
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	232.782	192.280	369.580
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	6.527	444
1.02.04	Intangível	1.926.628	1.889.702	1.890.363
1.02.04.01	Intangíveis	1.926.628	1.889.702	1.890.363

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	3.708.429	3.690.947	3.179.649
2.01	Passivo Circulante	960.381	976.032	1.025.396
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.615	45.400	55.728
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39.615	0	0
2.01.02	Fornecedores	224.562	274.886	250.976
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.867	239.181	228.303
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	209.695	35.705	22.673
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.832	54.435	52.984
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	615.928	469.809	625.463
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	293.503	389.946	430.876
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	278.469	377.495	430.876
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.034	12.451	0
2.01.04.02	Debêntures	321.074	78.576	193.362
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.351	1.287	1.225
2.01.05	Outras Obrigações	47.444	131.502	40.245
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	5.512
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	5.512
2.01.05.02	Outros	47.444	131.502	34.733
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	24.583	96.525	0
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	15.977	29.569	21.549
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar com Derivativos	2.509	0	0
2.01.05.02.10	Financiamento de impostos e incentivos Fiscais	4.375	5.408	13.184
2.02	Passivo Não Circulante	522.175	568.420	473.190
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	495.784	556.805	408.509
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.044	206.114	309.921
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44.044	193.495	309.921
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	12.619	0
2.02.01.02	Debêntures	440.675	338.276	84.886

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.065	12.415	13.702
2.02.02	Outras Obrigações	19.480	5.280	9.687
2.02.02.02	Outros	19.480	5.280	9.687
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	0	0	692
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	19.480	1.659	0
2.02.02.02.06	Financiamentos de Impostos e Incentivos Fiscais	0	3.621	8.995
2.02.04	Provisões	6.911	6.335	54.994
2.02.04.02	Outras Provisões	6.911	6.335	54.994
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	6.911	6.335	54.994
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.225.873	2.146.495	1.681.063
2.03.01	Capital Social Realizado	700.000	417.038	268.898
2.03.02	Reservas de Capital	912.505	1.195.011	1.678.919
2.03.04	Reservas de Lucros	613.337	534.446	-185.319
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	0	-185.319
2.03.04.10	Reserva de Lucro	613.337	534.446	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-81.200
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31	0	-235

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.244.145	1.249.816	1.125.829
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-451.782	-531.870	-469.799
3.03	Resultado Bruto	792.363	717.946	656.030
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-518.368	-762.005	-550.118
3.04.01	Despesas com Vendas	-490.530	-386.927	-263.405
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-489.715	-380.848	0
3.04.01.02	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-815	-6.079	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-101.914	-227.371	-164.361
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-166.832	-20.123
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	83.218	22.427	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.142	-3.302	-102.229
3.04.05.01	Despesas de depreciação e amortização	0	0	-98.762
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	0	-3.302	-3.467
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	273.995	-44.059	105.912
3.06	Resultado Financeiro	-144.569	-169.781	-194.983
3.06.01	Receitas Financeiras	12.488	17.186	44.770
3.06.02	Despesas Financeiras	-157.057	-186.967	-239.753
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	129.426	-213.840	-89.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.963	634.408	27.429
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	103.463	420.568	-61.642
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	103.463	420.568	-61.642
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	103.463	420.568	-61.642
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,00505	8,15038	-0,18872
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,00432	8,14391	-0,18872

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	103.463	420.568	-61.642
4.02	Outros Resultados Abrangentes	31	235	227
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	103.494	420.803	-61.415
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	103.494	420.803	-61.415

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	91.979	147.965	253.142
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	309.921	201.264	174.913
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	129.426	-213.840	-89.071
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	76.606	285.037	122.599
6.01.01.03	Custo líquido de ativos imobilizados e intangíveis baixados	-579	1.051	-984
6.01.01.05	Provisão para contingências	3.600	-48.659	-25.779
6.01.01.06	Despesa de juros	89.414	132.366	143.736
6.01.01.07	Provisão para devedores duvidosos	815	6.447	1.543
6.01.01.08	Provisão para participação nos lucros e resultados	0	0	-2.339
6.01.01.09	Plano de opções de compras de ações	456	476	-439
6.01.01.11	Provisão para perdas em estoques	0	43.723	8.642
6.01.01.12	Variação Cambial	3.423	688	-17.235
6.01.01.13	Ajuste a valor presente arrendamento	633	695	747
6.01.01.14	Perdas não realizadas com derivativos	2.509	0	0
6.01.01.15	Perda com NDF	0	0	29.605
6.01.01.16	Provisão Para Reestruturação	0	-5.545	5.545
6.01.01.17	Ajuste a Valor Presente PRODEC	618	-1.175	-1.657
6.01.01.18	Provisão participação lucros e resultados	3.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-217.942	-53.299	78.229
6.01.02.01	Contas a Receber	-16.736	2.914	68.992
6.01.02.02	Estoques	-64.424	384	-76.530
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-35.492	-40.485	-6.502
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-12.801	-9.323	1.352
6.01.02.05	Outros créditos a receber	-3.034	1.120	911
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-675	-814	-1.159
6.01.02.07	Fornecedores	-50.324	23.830	108.098
6.01.02.10	Obrigações tributárias	-9.056	-8.872	-2.256
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas	-8.785	-4.783	7.936

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-13.591	1.816	-4.498
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Pagos	0	-19.086	-18.115
6.01.02.16	Pagamento de Contingências	-3.024	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-149.097	-114.210	-33.546
6.02.01	Acréscimo do imobilizado	-63.803	-42.023	-16.367
6.02.02	Acréscimo do intangível	-85.325	-72.392	-54.744
6.02.04	Aplicações Financeiras	0	0	35.247
6.02.06	Valor Recebido de Fundo de Comércio e Venda de Imobilizado	0	205	2.318
6.02.07	Efeito de Variação Cambial pela Conversão de Invest. no Exterior	31	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-104.887	-429	-100.807
6.03.01	Financiamentos	644.694	1.058.352	378.077
6.03.05	Dividendos pagos	-96.515	0	-258
6.03.07	Aumento do capital	0	140.678	0
6.03.10	Juros Pagos	0	-158.403	-109.683
6.03.12	Arrendamento Mercantil Financeiro	-1.919	-1.920	-1.527
6.03.13	Pagamento de Financiamento Bancário	-564.908	-1.039.136	-409.739
6.03.14	Pagamento de NDF	0	0	42.323
6.03.16	Pagamento de Juros de Empréstimos e Debêntures	-86.239	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.005	33.326	118.789
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	409.740	376.414	257.625
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	247.735	409.740	376.414

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	417.038	1.195.011	534.446	0	0	2.146.495	0	2.146.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	417.038	1.195.011	534.446	0	0	2.146.495	0	2.146.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	282.962	-282.506	0	0	0	456	0	456
5.04.01	Aumentos de Capital	282.962	-282.962	0	0	0	0	0	0
5.04.09	Plano de Opções de Compra de Ações	0	456	0	0	0	456	0	456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.463	31	103.494	0	103.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	103.463	0	103.463	0	103.463
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31	31	0	31
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	78.891	-103.463	0	-24.572	0	-24.572
5.06.04	Destinação para Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	50.437	-50.437	0	0	0	0
5.06.05	Destinação para Reserva Legal	0	0	5.173	-5.173	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos Obrigatórios	0	0	0	-24.572	0	-24.572	0	-24.572
5.06.07	Absorção de Perdas e Prejuízos Acumulado	0	0	23.281	-23.281	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	700.000	912.505	613.337	0	31	2.225.873	0	2.225.873

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.898	1.493.600	0	-81.200	-235	1.681.063	0	1.681.063
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.898	1.493.600	0	-81.200	-235	1.681.063	0	1.681.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	148.140	-6.986	0	0	0	141.154	0	141.154
5.04.01	Aumentos de Capital	148.140	0	0	0	0	148.140	0	148.140
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-7.462	0	0	0	-7.462	0	-7.462
5.04.09	Plano de opções de compra de ações	0	476	0	0	0	476	0	476
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	420.568	235	420.803	0	420.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	420.568	0	420.568	0	420.568
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	235	235	0	235
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	235	235	0	235
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-291.603	534.446	-339.368	0	-96.525	0	-96.525
5.06.04	Destinação para reserva de incentivos fiscais	0	0	14.142	-14.142	0	0	0	0
5.06.05	Destinação para reserva legal	0	0	20.321	-20.321	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos obrigatórios	0	0	0	-96.525	0	-96.525	0	-96.525
5.06.07	Absorção de perdas e prejuízos acumulado	0	-291.603	0	291.603	0	0	0	0
5.06.08	Destinação para reserva de orçamento de capital	0	0	499.983	-499.983	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	417.038	1.195.011	534.446	0	0	2.146.495	0	2.146.495

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.898	1.494.039	0	-19.558	-462	1.742.917	0	1.742.917
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.898	1.494.039	0	-19.558	-462	1.742.917	0	1.742.917
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-439	0	0	0	-439	0	-439
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-439	0	0	0	-439	0	-439
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-61.642	227	-61.415	0	-61.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-61.642	0	-61.642	0	-61.642
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	227	227	0	227
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	227	227	0	227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.898	1.493.600	0	-81.200	-235	1.681.063	0	1.681.063

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	1.694.275	1.641.303	1.504.952
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.611.872	1.644.579	1.503.783
7.01.02	Outras Receitas	83.218	3.171	2.712
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-815	-6.447	-1.543
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-564.001	-608.713	-541.684
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-384.280	-454.169	-399.627
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-118.718	-119.566	-114.562
7.02.04	Outros	-61.003	-34.978	-27.495
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.130.274	1.032.590	963.268
7.04	Retenções	-76.606	-285.037	-122.599
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.606	-118.205	-102.476
7.04.02	Outras	0	-166.832	-20.123
7.04.02.01	Impairment	0	-166.832	-20.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.053.668	747.553	840.669
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.488	17.186	44.959
7.06.02	Receitas Financeiras	12.488	17.186	44.770
7.06.03	Outros	0	0	189
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.066.156	764.739	885.628
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.066.156	764.739	885.628
7.08.01	Pessoal	274.454	246.030	238.439
7.08.01.01	Remuneração Direta	226.523	186.921	185.497
7.08.01.02	Benefícios	25.818	34.330	32.655
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.113	24.779	20.287
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	408.321	-228.782	351.482
7.08.02.01	Federais	188.701	-488.791	110.354
7.08.02.02	Estaduais	213.110	253.776	235.358
7.08.02.03	Municipais	6.510	6.233	5.770
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	279.918	326.923	357.349

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.01	Juros	157.058	208.601	239.753
7.08.03.02	Aluguéis	122.860	118.322	117.596
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	103.463	420.568	-61.642
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	103.463	420.568	-61.642

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Prezados Acionistas,

O ano de 2018 seguiu consistente com a estratégia de foco em posicionamento de marca, vendas a preço cheio, ganhos de margem bruta e rentabilidade da operação.

A Companhia controlou com rigor o volume de vendas promocionais, com uma redução de -59,1% em descontos, fortalecendo o posicionamento de suas marcas. Não obstante, ao mesmo tempo em que as vendas promocionais foram reduzidas, vendas em mesmas lojas seguiram em ritmo crescente de 2,7% e 6,4% em vendas por metro quadrado.

Como consequência desse melhor perfil de vendas, nossa margem bruta cresceu 6,2 p.p. atingindo 63,7%. Essa transformação de eficiência operacional foi impulsionada por um maior direcionamento de recursos das áreas administrativas para vendas, aumentando os investimentos de marketing e pessoal de loja.

Desta forma, a Companhia atingiu um EBITDA ajustado de R\$ 376,6 milhões, com margem EBITDA ajustado de 30,3%, ante EBITDA ajustado de R\$ 335,0 milhões, com margem EBITDA de 26,8% em 2017.

Alinhado com esse resultado, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 103,5 milhões, apesar do impacto não recorrente de R\$ 18,2 milhões de variação cambial ligado ao cenário de maior volatilidade neste ano de eleições. Ajustado por esse impacto o lucro líquido atingiria R\$ 121,7 milhões e considerando a amortização do Ágio gerado na aquisição com Dudalina, o lucro líquido da Companhia com efeito caixa (“cash earnings”) foi de R\$ 147,7 milhões.

Também foram realizados e estão em curso importantes projetos de aprimoramento da operação:

- (i) Consolidação da operação fabril em 2 plantas;
- (ii) Integração da operação fabril de corte e costura em planta única em janeiro de 2019;
- (iii) Aprimoramento do LiveRetail, nosso sistema online de gestão e operação;
- (iv) Aprimoramento do sistema de remuneração de gerentes e vendedores;
- (v) Melhoria da equipe de lojas e visual merchandising;
- (vi) Implementação do Omnichannel, ao longo de 2019;
- (vii) Implementação de novo Check-out de loja, sem a necessidade do uso do caixa e integrado ao sistema de CRM e Omnichannel, ao longo de 2019.

Para o ano de 2019, a Administração da Companhia reitera a continuidade do esforço e foco em excelência operacional, rentabilidade, geração de caixa e redução do endividamento.

Atenciosamente,

A Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Desempenho Operacional****Faturamento bruto (excluindo devoluções)**

O faturamento bruto (excluindo devoluções) consolidado em 2018 totalizou R\$1.611,9 milhões, um decréscimo de 2,0% em relação a 2017. A tabela a seguir apresenta a abertura da receita bruta descontadas devoluções entre os canais de distribuição para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	2017	% do Total	2018	% do Total	Variação
Lojas Próprias	1.003,8	61,0%	986,0	61,2%	-1,8%
Atacado	395,5	24,1%	384,0	23,8%	-2,9%
Outros Canais	245,2	14,9%	241,9	15,0%	-1,4%
Total Receita Bruta de Vendas	1.644,6	100,0%	1.611,9	100,0%	-2,0%

Lojas próprias

Em 2018, o faturamento das lojas próprias decresceu 1,8% em relação a 2017 devido principalmente à restrição em vendas promocionais e fechamento de 29 lojas. Como consequência destas iniciativas para ganho de eficiência e rentabilidade, as vendas em lojas comparáveis (*same-store-sales* ou SSS) cresceram 2,7% em 2018 e as vendas por metro quadrado cresceram 6,4%.

Lojas multimarcas

O faturamento no canal de atacado (vendas para lojas multimarcas) no ano decresceu 2,9%, passando de R\$395,5 milhões em 2017 para R\$384,0 milhões em 2018. Vale mencionar que o canal tornou a crescer durante o segundo semestre de 2018 (+2,3%), após queda durante o primeiro semestre (-7,4%) relacionadas principalmente a perda de produtividade por conta do deslocamento de operação fabril e de distribuição para a nova planta de Goiás em 2017.

Outros canais

As vendas realizadas através do canal Estoque (lojas físicas e e-commerce que vendem produtos de coleções passadas), franquias e e-commerce, apresentaram em 2018 uma queda de -1,4% na comparação com 2017, em linha com o maior controle da Companhia sobre vendas com descontos.

Receita Líquida

Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$1.244,1 milhões, comparada com R\$1.249,8 milhões em 2017, queda de 0,5%.

Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado em 2018 foi de R\$792,4 milhões com crescimento de 10,4%, representando uma margem bruta de 63,7% contra 57,4% do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras (excluindo Despesas com Depreciação, Amortização e Impairment)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A), outras receitas e despesas, excluindo-se despesas com depreciação, amortização e *impairment* em 2018, totalizaram R\$451,7 milhões. Comparado ao total de R\$479,9 milhões em 2017, as despesas tiveram uma melhora de 5,9% e passaram a representar 36,3% da receita líquida, uma queda de 2,1 p.p. em 2018 como percentual da receita líquida. Durante 2018 a Companhia esteve focada em um maior esforço de marketing e em reforçar a equipe de vendas em lojas, em linha com a estratégia de fortalecimento de marca e excelência operacional.

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2018, o EBITDA foi de R\$ 350,6 milhões, com margem EBITDA de 28,2%. Ressaltamos que neste ano as despesas com cartão de crédito foram reclassificadas do resultado financeiro para despesas com vendas, sendo que afim de tornar o resultado comparável com o histórico da companhia, estamos incluindo esse item nos ajustes, apesar de sua recorrência. Desta forma, o EBITDA de 2018 chegaria a R\$ 372,3 milhões.

Adicionalmente, 2018 também foi impactado em R\$4,3 milhões referente a rescisões e indenizações ligadas ao fechamento da fábrica de Luis Alves. Incluindo também essa alteração, o EBITDA ajustado da companhia totalizou R\$ 376,6 milhões com margem de 30,3%. O resultado ajustado evidencia crescimento nominal de 12,4% contra o ano anterior, com aumento de 3,5 p.p. na margem EBITDA.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA e o EBITDA ajustado para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	2017	2018
Lucro (Prejuízo) Líquido	420.568	103.463
Imposto de renda e Contribuição Social	634.408	(25.963)
Resultado Financeiro	(169.781)	(144.569)
Depreciações e Amortizações	(118.205)	(76.606)
Impairment	(166.832)	-
EBITDA	240.978	350.601
Despesas não recorrentes ⁽ⁱ⁾	72.375	4.246
Reclassificação despesas de cartão de crédito	21.634	21.718
EBITDA Ajustado	334.987	376.565

(i) Despesas não recorrentes em 2017 e 2018 relacionados a rescisões e fechamento de fábricas

Resultado Financeiro, Depreciação e Amortização

A despesa financeira líquida foi reduzida de R\$169,8 milhões em 2017 para R\$144,6 milhões em 2018. Contudo, o resultado de 2018 foi impactado extraordinariamente por uma variação cambial de R\$ 18,2 milhões, relacionada ao cenário de maior volatilidade durante o ano de eleitoral.

As despesas com depreciação e amortização passaram de R\$118,2 milhões em 2017 para R\$76,6 milhões em 2018. Adicionalmente, o ano de 2017 foi impactado por um *impairment* de R\$ 166,8 milhões resultante de fechamento e reestruturação da base de lojas e fábricas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Lucro Líquido**

Em 2018, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$103,4 milhões e, considerando o impacto caixa da amortização de ágio e a variação cambial extraordinária de R\$ 18,2 milhões, a Companhia obteve um lucro líquido ajustado (“*Cash Earnings*”) de R\$ 147,7 milhões. Esse montante é comparável a um lucro líquido ajustado de R\$ 33,1 milhões em 2017, que foi positivamente impactado em R\$ 545 milhões relacionados ao imposto diferido sobre ágio, bem como R\$ 157,9 milhões em despesas extraordinárias relacionadas a reestruturação fabril e do canal de varejo da Companhia.

Endividamento

A dívida líquida consolidada passou de R\$ 603,2 milhões ao final de 2017 para R\$ 851,6 milhões ao final de 2018. A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia passou de 1,80x em 2017, para 2,26x em 2018.

(R\$ milhões)	2017	2018
Disponibilidades	409,7	247,7
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	(468,5)	(614,6)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	(544,4)	(484,7)
Dívida Líquida	(603,2)	(851,6)

Durante o primeiro trimestre de 2019 foi realizada a 10ª emissão debêntures da Companhia no valor de R\$450,0 milhões, sendo R\$380,8 milhões referente as debentures da primeira série e R\$69,2 milhões referente as debêntures da segunda série. Os recursos captados por meio da oferta restrita serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. As debêntures terão prazo de vencimento de (i) 3 (três) anos para as debêntures da primeira Série; e (ii) 4 (quatro) anos para as debêntures da segunda série. A remuneração será de 100% do CDI acrescido de 2,30% ao ano para as debêntures da primeira série e 100% do CDI acrescido de 2,45% ao ano para as debêntures da segunda série. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão.

Informações Adicionais**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/ 2003, a Companhia informa que, no exercício de 2018, nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes (KPMG), não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Restoque
Comércio e
Confecções de
Roupas S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais	11

Notas Explicativas



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Notas Explicativas

*Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. ("Companhia" ou "Grupo" estabelecida no Brasil, com sede na Rua Oscar Freire, nºs 1.119 e 1.121, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 19 de abril de 1984, é uma companhia de capital aberto e está listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código de negociação LLIS3.

A Companhia tem como objetivos principais: o desenvolvimento, a exploração da indústria, o comércio, a importação e a exportação de roupas e acessórios do vestuário; e o comércio de objetos de decoração, higiene e cosméticos, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha 257 lojas próprias (286 em 31 de dezembro de 2017), distribuídas entre as marcas Le Lis Blanc Deux, Dudalina, Bo.Bô, John John, e Rosa Chá; 1 loja multimarca, 30 outlets e 23 franqueadas. Além disso, a Companhia tem 3 unidades fabris nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Paraná e 2 centros de distribuição nos Estados de São Paulo e Goiás.

A Companhia implementou em 2018 o plano aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 que incluiu, dentre outras ações, o fechamento e reformulação de algumas lojas envolvendo as marcas da Companhia, reformulação de parque industrial, fechamento e reformulações de centros administrativos e de distribuição, com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados da Companhia, além de gerar outros ganhos operacionais.

Em 21 de dezembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Dudalina S.A. nos termos do Protocolo e Justificação e no Laudo de Avaliação a valor contábil do patrimônio da Dudalina, preparado por empresa especializada, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

A Restoque International LLC tem sua sede na cidade de Nova Iorque, EUA, e foi constituída em 11 de abril de 2011, tornando-se operacional somente durante o 4º trimestre de 2018. A Administração tem como objetivo a expansão dos negócios do Grupo internacionalmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários.

2 Novas normas

2.1 Novas normas vigentes

2.1.1 CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

e produtos). Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

2.1.2 **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

			31.12.2018	31.12.2018
			Valor	Novo valor
Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e Recebíveis	Ativo Financeiro ao Custo Amortizado	9.146	9.146
Aplicações financeiras	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	238.589	238.589
Contas a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	52.268	52.268
Clientes – Administradora de cartões de crédito	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	7.696	7.696
Outros créditos a receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	17.410	17.410

Redução ao valor recuperável “modelo de perdas em crédito esperadas”

O IFRS 9 permite que o uso de uma “matriz de provisão” como uma simplificação para se calcular a perda de crédito esperada, desde que seja consistente com os princípios gerais para mensurar perdas de crédito esperadas. A matriz de provisão é baseada em taxas de inadimplência históricas e esperadas ao longo da vida das contas a receber de clientes e é ajustada por informações macroeconômicas prospectivas. As matrizes de provisão devem ser preparadas para diferentes segmentos de clientes que apresentarem padrões de perda significativamente diferentes. Critérios previstos no IFRS 9 para a segregação dos clientes incluem região geográfica, tipo de produto, classificação do cliente, etc. Devido à irrelevância dos índices de inadimplência experimentados historicamente pela Companhia, em estudo realizado sobre a adoção do CPC 48/ IFRS 9 a Companhia concluiu pela inexistência de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas devido à sua imaterialidade.

Os demais aspectos alterados pela norma não produziram efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Novas normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

2.2.1 Arrendamento mercantil - IFRS 16 / CPC 06 R(2)

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

a) Transição

Para a identificação se o contrato contém ou não um componente de arrendamento, a Companhia decidiu aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o IFRS 16/CPC 06 (R2) à todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamento de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICP 03/IFRIC4. Dentro desta abordagem se

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

enquadraram no escopo da norma para Companhia, os contratos de aluguéis que possuem um valor de aluguel mínimo fixo.

A Companhia optou por utilizar as isenções proposta pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo, ou cujo ativo objeto seja de baixo valor, para contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis, ou contrato de aluguéis em que a Companhia não possui o controle do ativo. A companhia possui arrendamento de impressoras que são considerados de baixo valor.

A Companhia aplicará o IFRS 16/ CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem de transição retrospectiva simplificada, que não impacta o patrimônio líquido e não exige a reapresentação de valores, portanto o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) /IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

b) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

Dos contratos que foram escopo da norma, a Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado e a Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com o prazo médio para os contratos que apresentam características semelhantes.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

c) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

d) Impactos da adoção inicial

Durante o ano de 2018, a Companhia realizou uma avaliação preliminar de impactos dos aspectos da IFRS 16/CPC 06 R(2) nas demonstrações financeiras e estima que reconhecerá um ativo de direito de uso no montante de R\$ 257.393 e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$ 264.255.

As contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como ‘despesas gerais e administrativas’ passarão a ser reconhecidas nas rubricas de despesas com vendas (depreciação) e despesas financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado totalizaram R\$ 122.838 (R\$ 118.322 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Essas avaliações tomaram por base informações atualmente disponíveis e podem estar sujeitas a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas em 2019.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e, quando aplicável, consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essas demonstrações financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade — International Financial Reporting Standards (IFRS) — emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, de forma definitiva, pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2019.

3.1 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos à demonstração de resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a fim de refletir a reclassificação do valor da despesa com comissões de cartão de crédito. A reclassificação desses montantes para “despesas com vendas”, ao invés de “despesas financeiras”, reflete o entendimento de que tais despesas tem uma melhor correlação com a transação de venda realizada pela Companhia.

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Reclassif icação	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassifica ção	Reapresent ado
	2017		2017	2017		2017
Receita líquida de vendas	873.180	-	873.180	1.249.816	-	1.249.816
Custo dos produtos vendidos	(387.944)	-	(387.944)	(531.870)	-	(531.870)
Lucro bruto	485.236	-	485.236	717.946	-	717.946
(Despesas) e receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(190.590)	-	(190.590)	(233.450)	-	(233.450)
Despesas com vendas	(283.458)	(18.519)	(301.977)	(359.214)	(21.634)	(380.848)
Outras receitas	10.631	-	10.631	22.427	-	22.427
Outras despesas	(3.302)	-	(3.302)	(3.302)	-	(3.302)
Impairment	(166.832)	-	(166.832)	(166.832)	-	(166.832)
Equivalência Patrimonial	73.237	-	73.237	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(75.078)	(18.519)	(93.597)	(22.425)	(21.634)	(44.059)
Despesas financeiras	(186.068)	18.519	(167.068)	(208.601)	21.634	(186.967)
Receitas financeiras	12.236	-	12.236	17.186	-	17.186
	(173.832)	18.519	(155.313)	(191.415)	21.634	(169.781)

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(248.910)	-	(248.910)	(213.840)	-	(213.840)
Imposto de renda e contribuição social	669.478	-	669.478	634.408	-	634.408
Resultado do exercício	<u>420.568</u>	<u>-</u>	<u>420.568</u>	<u>420.568</u>	<u>-</u>	<u>420.568</u>

3.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3.3 Práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras**3.3.1 Consolidação**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle.

Na consolidação, transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia e Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

3.3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de sua Controlada Dudalina (até dezembro de 2017) é o Real. A moeda funcional da Restoque International LLC é o Dólar. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período, conforme regime de competência.

3.3.2.1 Operações no exterior com moeda funcional diferente do real

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas médias de câmbio apuradas mensalmente.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.3.3 Apuração do resultado

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda e o respectivo custo são reconhecidos quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.

3.3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3.5 Contas a receber

São apresentadas aos valores presentes (na ocorrência de efeitos relevantes) e previstos de realização, líquidas das comissões pagas às mantenedoras de cartões de crédito, reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir possíveis perdas), com registro no resultado do exercício. Eventuais despesas financeiras são reconhecidas integralmente na contratação da operação.

Quando os valores a receber de clientes são transferidos/descontados com terceiros, eles são baixados somente quando todos os seus riscos e benefícios tenham sido significativamente transferidos e, em geral, são descontos sem direito de regresso e não há envolvimento contínuo com os valores a receber a ponto de comprometer a baixa.

3.3.6 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição e formação (inclui matéria-prima, insumos aplicados, mão de obra, despesas de importação e fretes) sem exceder o valor realizável líquido. As provisões para estoques, quando aplicável, de baixa rotatividade ou de perda com estoques de coleções superadas são constituídas com base nos seguintes critérios:

- (b) Produto acabado e mercadorias em poder de terceiros - Baseada na idade das coleções na análise mercadológica de realização e expectativa de perda.
- (c) Matéria-prima - Baseada no período sem movimentação dos itens, após análise mercadológica de realização e expectativa de perda.

3.3.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis e deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, considerando os prazos contratuais de locação, quando aplicável. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação de possíveis perdas e também efetua, pelo menos anualmente, revisões da vida útil econômica

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

dos seus bens do ativo imobilizado. Quando alterações são necessárias, os ajustes são efetuados de forma prospectiva.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos, para o exercício corrente e comparativo, é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Item	Anos
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	20
Instalações	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(ii)
Arrendamento financeiro	16
Outros ativos (i)	5

- (i) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10, referem-se aos cabides, manequins e ferramentas.
- (ii) O período de amortização varia de acordo com a vida útil estimada ou de acordo com o contrato de locação, dos dois o menor.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

3.3.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição, como excesso de contraprestação transferida. Quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos (*goodwill*) também são submetidos ao teste de avaliação do valor recuperável anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.3.9 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

Os bens do ativo imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes, são avaliados anualmente (ou quando há indicativos) para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas.

A Administração efetua análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

O teste de recuperação desses ativos é realizado na ocorrência de um evento de *impairment* e, no caso de intangíveis com vida útil indefinida, ao menos anualmente.

3.3.10 *Ajuste a valor presente dos ativos e passivos*

Os ativos e passivos (que inclui incentivos fiscais) monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.3.11 *Tributação*

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Controladora

O imposto de renda e contribuição social são calculados e reconhecidos com base no Lucro Real.

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as Autoridades Fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Controlada

A Restoque International LLC apura seus tributos sobre o lucro de acordo com as normas das autoridades tributárias norte-americanas. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nas jurisdições em que opera.

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Controladora

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é reconhecido apenas se houver expectativa de lucro tributável futuro, esse valor é revisado em cada data do balanço e registrado como despesa na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

Controlada

A prática contábil da controlada segue a prática de sua controladora, obedecendo-se as particularidades oriundas das jurisdições em que opera.

3.3.12 Benefícios a funcionários e dirigentes

A Companhia não mantém planos de previdência privada ou plano de aposentadoria ou benefícios pós-saída da Companhia. Os programas de benefícios a funcionários e dirigentes são:

- (a) *Participação nos Lucros e Resultados (PLR)*: a Companhia desenvolveu um programa de participação de empregados nos resultados, baseado em indicadores e parâmetros estabelecidos pela Administração, avaliados periodicamente.
- (b) Plano de outorga de opções de ações *stock options* classificado como instrumento patrimonial.

O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida de Reserva no Patrimônio Líquido. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 23.3.

3.3.13 Uso de estimativas e julgamentos e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

- **Nota explicativa 11** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento de coleção;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro..

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia, quando necessário.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía apenas instrumentos financeiros classificados no nível 2.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31 – instrumentos financeiros.

b. **Premissas significativas utilizadas na formação de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de premissas nas quais a Administração acredita, com base nos dados históricos e informações disponíveis para o mercado. O valor recuperável é sensível às premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A Companhia não identificou condições ou evidências que pudessem indicar a deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos ou de sua Controlada nos exercícios apresentados.

b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

Reconhecidas quando a Companhia e/ou a Controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 22.

c. *Provisão para perdas em estoques*

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas e analisada para cada grupo dos estoques (produtos acabados e matérias-primas).

d. *Vida útil de ativos não circulantes*

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam da vida econômica dos bens, revisadas anualmente.

e. *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração, cujo horizonte temporal é normalmente de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

f. Fundo de comércio

O fundo de comércio é um direito adquirido com terceiros, fundamentado na existência de um ponto comercial onde se localizam as Lojas da Companhia e da sua Controlada. Trata-se de um ativo intangível comercializável que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo e por este motivo não são amortizados. A Companhia realiza teste de recuperação dos valores destes ativos anualmente a fim de monitorar a recuperabilidade dos mesmos. Baseado em estimativas de crescimento definidas pela Administração, o valor recuperável é calculado utilizando projeções de fluxo de caixa das unidades geradoras de caixa descontado.

3.3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.3.15 Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou de ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis para os quais não existe a transferência substancial de todos os riscos e benefícios da posse do ativo para a Companhia são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado, a medida que o ativo objeto do arrendamento está disponível para o uso pretendido.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada, ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

3.3.16 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos pela Companhia (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Na venda ou cancelamento, qualquer

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida na conta de Reservas de Capital, quando aplicável.

3.3.17 Segmentos operacionais

A Administração entende que a divulgação de segmentos operacionais não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas atividades, avaliação de desempenho e tomada de decisão para alocação de recursos de loja (e não de segmentos operacionais), o que equivale a dizer que a Companhia opera em um segmento para fins de tomada de decisão.

3.3.18 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira, e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

4 Incorporação de controlada

Em 21 de dezembro de 2017, a Companhia incorporou o patrimônio líquido, a valor contábil, da controlada Dudalina S.A., conforme mencionado na tabela a seguir:

Dudalina S.A.

Balanco Patrimonial	Saldos em 30.09.2017	Variações	Saldos em 21.12.2017
Ativo Circulante	242.158	42.271	284.429
Ativo Não Circulante	93.003	2.110	95.113
▪ Realizável a Longo Prazo	1.570	388	1.958
▪ Ativo Imobilizado	58.795	1.709	60.504
▪ Intangível	32.638	13	32.651
Total do Ativo	335.161	44.381	379.542
Passivo Circulante	163.629	(5.055)	158.574
Passivo Não Circulante	14.770	300	15.070
Patrimônio líquido	156.762	49.136	205.898

Conforme Protocolo e Justificação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da controlada Dudalina S.A. foi avaliado por empresa especializada que emitiu o respectivo laudo de avaliação do patrimônio a valor contábil da sociedade com data-base de 30 de setembro de 2017. As variações patrimoniais ocorridas entre 30 de setembro de 2017 e a data efetiva da incorporação foram absorvidas pela Companhia em seu resultado, na linha de equivalência patrimonial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	790	3.693	790	3.693
Bancos – Moeda nacional	7.413	2.399	7.413	2.399
Bancos – Moeda estrangeira	-	319	943	319
Aplicações financeiras – Moeda nacional (i)	238.589	403.329	238.589	403.329
	<u>246.792</u>	<u>409.740</u>	<u>247.735</u>	<u>409.740</u>

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

- (i) As aplicações financeiras correspondem substancialmente a Certificados de Depósito Bancários remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). As taxas pactuadas, que remuneraram esses investimentos em moeda nacional, são de 98,5% a 104% da variação do CDI (98% a 102,5% em 2017), não possuem cláusulas restritivas para resgate imediato, tampouco preveem perda no resgate antecipado, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Administradora de cartões de crédito	7.696	20.642	7.696	20.642
Clientes nacionais - pessoa jurídica	52.219	43.431	52.268	43.431
Clientes - Partes relacionadas	2.936	-	-	-
Provisão para perda esperada de recebíveis comerciais	-	(20.030)	-	(20.030)
	<u>62.851</u>	<u>44.043</u>	<u>59.964</u>	<u>44.043</u>

O saldo de clientes nacionais - pessoa jurídica representa, principalmente, vendas efetuadas para lojas multimarcas, para as quais são feitas análises de crédito seletivas. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, foi avaliada a perda esperada da carteira.

A Companhia realizou operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou coobrigação de valores a receber de clientes, durante os exercícios de 2018 e 2017. As comissões cobradas relacionadas a essas operações de cessão de crédito foram tratadas como despesas financeiras.

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2018	31.12.2018
A vencer	60.835	57.919
Vencidos	<u>2.016</u>	<u>2.045</u>
Até 30 dias	115	130
De 31 a 60 dias	290	290
De 61 a 90 dias	321	321
De 91 a 180 dias	<u>1.290</u>	<u>1.304</u>
	<u>62.851</u>	<u>59.964</u>

A movimentação da estimativa para perda está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(20.030)	(20.030)
Adição (i)	815	815
Baixas	<u>20.845</u>	<u>20.845</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Neste sentido, a Companhia apresentou o valor da perda por redução ao valor recuperável relacionado a contas a receber de clientes separadamente na demonstração

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

do resultado, na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber". Embora não seja explicitamente exigido, a Companhia reclassificou a perda por redução ao valor recuperável comparativa (reconhecida segundo o CPC 38/IAS 39) de "despesas gerais e administrativas" para esta mesma rubrica.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Produto acabado	253.236	242.749	255.311	242.749
Matérias-primas	64.985	52.587	64.985	52.587
Mercadorias em poder de terceiros	32.048	14.494	32.263	14.494
Produtos em elaboração	6.617	20.302	6.617	20.302
Importações em andamento	1.086	7.953	1.086	7.953
Embalagens	7.416	6.369	7.427	6.369
(-) Provisão para perda	(11.304)	(52.493)	(11.304)	(52.493)
	<u>354.084</u>	<u>291.961</u>	<u>356.385</u>	<u>291.961</u>

A movimentação da estimativa para perda está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(52.493)	(52.493)
Realização do exercício	41.189	41.189
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(11.304)</u>	<u>(11.304)</u>

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ICMS	15.779	16.428	15.779	16.428
PIS / COFINS (i)	93.066	58.116	93.066	58.116
IRRF	44.472	42.766	44.472	42.766
IPi	1.297	1.812	1.297	1.812
Outros	562	562	562	562
	<u>155.176</u>	<u>119.684</u>	<u>155.176</u>	<u>119.684</u>

Adicionalmente a Companhia possuía Perdcomps ainda não homologadas, com a criação do PRT em 2017, a Administração optou por cancelar as Perdcomps, atualizou o saldo de PIS/COFINS a pagar, no montante de R\$ 55 mil e utilizou R\$ 42 mil de prejuízos fiscais-(76%) e o saldo remanescente, de R\$ 13 mil registrado no passivo, foi parcelado em 24 vezes, se utilizando do PRT. Neste sentido, o ativo teve um aumento pelas Perdcomps canceladas, e o ativo fiscal diferido uma baixa, devido à utilização para pagamento do passivo. Esta variação não é perceptível na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos", devido ao efeito dos tributos diferidos sobre o ágio decorrente da aquisição da Dudalina, quando de sua incorporação, ocorrida em 21 de dezembro de 2017. Neste sentido, os valores já estão apresentados pelo seu efeito líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	90.498	119.684	90.498	119.684
Não Circulante	64.678	-	64.678	-
	<u>155.176</u>	<u>119.684</u>	<u>155.176</u>	<u>119.684</u>

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

- (i) Em 7 de dezembro de 2006, o sindicato de que a Companhia é afiliada ajuizou ação coletiva em face da União Federal tendo por escopo o afastamento da exigência de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, alegando que a sistemática de ambos os tributos não determina a inclusão do ICMS no cálculo das referidas contribuições.

Em 28 de outubro de 2016, a Companhia, por orientação de seus assessores jurídicos, ajuizou ação individual com a mesma intenção de reconhecer o direito à restituição dos recolhimentos indevidos feitos desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Esta ação encontra-se atualmente em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3 em face de Agravo Interno interposto pela Fazenda Nacional contra a decisão que lhe foi desfavorável.

O Supremo Tribunal Federal – STF, em sessão plenária do dia 15 de março de 2017, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para cobrança do PIS e da COFINS, visto que o imposto estadual não integra o conceito de receita ou faturamento.

Em 19 de setembro de 2018 transitou em julgado a ação coletiva impetrada pelo sindicato, confirmando a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo à Companhia, como associada, o direito de reaver os valores já recolhidos e não prescritos, devidamente corrigidos, até a data da referida sentença.

Em função dos fatos descritos acima, a Companhia optou pelo reconhecimento dos referidos dos créditos fiscais para o período compreendido entre 2001 a 2011, uma vez que a ação individual impetrada pela Companhia ainda não teve o seu trânsito em julgado. O valor reconhecido pela Companhia, em contrapartida à rubrica de “Outras receitas operacionais” foi de R\$ 64.578 mil.

Ativo contingente não reconhecido

O ativo contingente decorrente dos créditos apurados pela Companhia relativos ao período compreendido pela ação individual por ela impetrada, correspondem ao montante aproximado de R\$ 115.000 mil e não foram reconhecidos contabilmente em 31 de dezembro de 2018 até que o processo seja transitado em julgado.

9 Investimento

A Restoque International LLC foi constituída em 11 de abril de 2011, e só se tornou operacional no 4º trimestre de 2018. A Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. detém participação de 100% da Restoque International LLC. A Administração tem como objetivo a expansão dos negócios do Grupo.

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Investimento em controlada	9.641	-
	<u>9.641</u>	<u>-</u>

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	-
Aportes de capital	17.364
Equivalência patrimonial	(7.754)
Ajustes acumulados de conversão	31
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>9.641</u>

10 Imobilizado

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Grupo	Saldo em 31.12.2017	Controladora				Saldo em 31.12.2018
		Adições	Baixas (iv)	Depreciação	Transferência	
Móveis e Utensílios	44.689	12.647	-	(8.792)	108	48.652
Máquinas e Equipamentos	12.523	2.247	-	(2.723)	655	12.702
Instalações	826	36	-	(114)	-	748
Veículos	81	-	-	(21)	-	60
Equipamentos PD	1.814	6.908	-	(762)	-	7.960
Benfeitorias Imóveis Terceiros(i)	84.845	23.241	-	(12.138)	10.950	106.898
Imobilizado em andamento	6.527	8.131	-	-	(11.713)	2.945
Imóvel (arrendamento financeiro) (ii)	11.182	-	-	(1.290)	-	9.892
Terrenos	19.752	-	(1.621)	-	-	18.131
Edificações	15.411	-	-	(792)	-	14.619
Outros (iii)	1.157	1.091	-	(770)	-	1.478
	198.807	54.301	(1.621)	(27.402)	-	224.085

Grupo	Saldo em 31.12.2017	Consolidado				Saldo em 31.12.2018
		Adições	Baixas (iv)	Depreciação	Transferência	
Móveis e utensílios	44.689	15.195	-	(8.913)	108	51.079
Máquinas e equipamentos	12.523	2.456	-	(2.755)	655	12.879
Instalações	826	36	-	(114)	-	748
Veículos	81	-	-	(21)	-	60
Equipamentos de informática	1.814	6.908	-	(762)	-	7.960
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	84.845	29.985	-	(12.789)	10.950	112.991
Imobilizado em andamento	6.527	8.131	-	-	(11.713)	2.945
Imóvel (arrendamento financeiro) (ii)	11.182	-	-	(1.290)	-	9.892
Terrenos	19.752	-	(1.621)	-	-	18.131
Edificações	15.411	-	-	(792)	-	14.619
Outros (iii)	1.157	1.092	-	(771)	-	1.478
	198.807	63.803	(1.621)	(28.207)	-	232.782

- (i) Referentes às benfeitorias em lojas, as quais são depreciadas de acordo com a vida útil ou prazo do contrato (considerando as renovatórias), dos dois o menor.
- (ii) Contrato celebrado em 30 de setembro de 2011, na controladora, com características de arrendamento mercantil financeiro.
- (iii) Referentes a manequins, cabides e correlatos.
- (iv) Referente a venda do terreno de Presidente Getúlio

11 Intangível

Vida útil	Grupo	Controladora		
		Saldo em 31.12.2017	Adições	Saldo em 31.12.2018
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	30.681	66.921	(43.191)
Definida	Implantação e licença de software (ii)	16.176	17.970	(5.203)
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	134.409	194	-
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	86.663	98	-
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	1.621.773	-	-
		1.889.702	85.183	(48.394)

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

		Consolidado			
Vida útil	Grupo	Saldo em	Adições	Amortização	Saldo em
		31.12.2017			31.12.2018
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	30.681	66.921	(43.191)	54.411
Definida	Implantação e licença de software (ii)	16.176	18.112	(5.208)	29.080
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	134.409	194	-	134.603
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	86.663	98	-	86.761
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	1.621.773	-	-	1.621.773
		1.889.702	85.325	(48.399)	1.926.628

- (i) Referem-se aos gastos específicos incorridos no desenvolvimento de futuras coleções, os quais serão amortizados pelo período de comercialização destas (geralmente entre 6 e 24 meses).
- (ii) Amortização efetuada pelo período de 60 meses.
- (iii) Referem-se, substancialmente, ao custo de aquisição das marcas Bo.Bô, John John, Rosa Chá e Dudalina.
- (iv) Refere-se a valor de luvas pagas aos proprietários dos pontos comerciais e cuja vida útil foi classificada pela Companhia como indefinida, já que a sua recuperação se dará quando da rescisão contratual pela Companhia ou da eventual alienação, quando aplicável, dos pontos comerciais, ou pela sua redução ao valor recuperável
- (v) O montante de R\$ 1.621.773 é composto por R\$ 1.603.957 referente à operação de combinação de negócios ocorrida em 2014, decorrente da aquisição da Dudalina S.A., R\$ 13.213 referente à operação de combinação de negócios ocorrida em 2011, decorrente da aquisição da Foose Cool Jeans Ltda., empresa detentora da marca John John, e R\$ 4.603, referente à operação de combinação de negócios referente à aquisição das empresas CF Comércio de Roupas Ltda., SH Recife Comércio de Roupas Ltda. e Marthi Comércio do Vestuário Ltda. Todas essas empresas foram incorporadas pela Controladora.

Plano de reestruturação 2017

Conforme mencionado na Nota 1, o Conselho de Administração aprovou a implementação do plano de reestruturação para o ano de 2018 que inclui, dentre outras ações, o fechamento e reformulação de lojas, a reformulação de parque industrial, o fechamento e reformulações de centros administrativos e de distribuição, com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados da Companhia além de gerar outros ganhos operacionais.

Como consequência desse Plano, a Companhia reconheceu em seus registros contábeis de 2017, nas rubricas de imobilizado e intangível, o montante de R\$166.834 relativos ao impairment (redução do valor recuperável dos ativos) dos respectivos ativos.

Teste de redução a valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos ativos com vida útil indefinida utilizando inicialmente o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxos de caixa descontados. Em caso de apuração de valor inferior ao valor contábil, é feita também a apuração do preço líquido de venda para finalmente determinar se há perda a registrar.

A Companhia considera, basicamente, as lojas como unidades geradoras de caixa e a elas foram atribuídos os intangíveis, especialmente os fundos de comércio, para teste de valor recuperável. O valor recuperável foi determinado por meio de projeções de fluxos de caixa das unidades geradoras de caixa que foram descontados a uma taxa de 12,2% ao ano (11,4% a.a. em 2017), nominal, antes dos impostos, bem como considerou taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 7,7% (lojas Restoque) e 8,2% (lojas Dudalina) para os próximos seis anos. Como resultado dessa análise, não foi identificada a necessidade de redução do valor contábil ao valor recuperável para nenhuma das lojas.

Teste de recuperabilidade do ágio da aquisição da Dudalina

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

A Restoque, em 21 de novembro de 2014, adquiriu 100% das ações de emissão da Dudalina, quando então a Dudalina passou a ser subsidiária integral da Restoque. Através da aplicação do método de combinações de negócios foi apurado um ágio no montante de R\$ 1.603.957.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação (veja nota explicativa 3.3.13).

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	Consolidado	
<i>Em percentual</i>	2018	2017
Taxa de desconto	12,2%	11,4%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,4%	6,0%
Taxa Composta Anual de Crescimento (em inglês CAGR)	8,8%	7,0%

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos baseada no WACC (*weighted average cost of capital*), ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

Seis anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pela soma da estimativa do produto interno bruto (PIB) e a inflação projetada pela Administração.

- O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.

A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, nível de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento utilizadas consideram um CAGR de 8,8% levando em conta um histórico de 13,2%. A taxa de crescimento considerada na perpetuidade foi de 6,4% a.a.

A Administração identificou duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nas duas premissas básicas poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

<i>Em percentual</i>	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de desconto	14,10%	12,50%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,80%	4,39%

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

12 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos – Moeda Nacional	323.929	570.990	323.929	570.990
Empréstimos – Moeda Estrangeira	15.034	25.070	15.034	25.070
Custo de Transação	(1.416)	-	(1.416)	-
	<u>337.547</u>	<u>596.060</u>	<u>337.547</u>	<u>596.060</u>
Parcela classificada no passivo circulante	293.503	389.946	293.503	389.946
Parcela classificada no passivo não circulante	44.044	206.114	44.044	206.114
	<u>337.547</u>	<u>596.060</u>	<u>337.547</u>	<u>596.060</u>

	Taxas Contratuais	Vencimentos	Circulante	Não Circulante	Total em 31.12.18
Empréstimos em reais					
Capital de Giro	120,0 % a (100% CDI + 2,65%a.a.)	Jan/2018 a Jun/2020	276.641	42.104	318.745
Finimp	4,70% a.a. + 25% IR (300 dias)	Jan/2018 a Dez/2019	15.034	-	15.034
Finep	3,9% a 5%a.a.	Jan/21	1.828	1.940	3.768
Total			293.503	44.044	337.547

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora/ Consolidado
2020	43.894
2021	150
	<u>44.044</u>

Os empréstimos de capital de giro têm como finalidade captar recursos para as operações da Companhia e estão garantidos por nota promissória da própria Companhia.

Considerando os prazos dos empréstimos e a indexação ao CDI, os valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

Os custos de transação incorridos na captação dos recursos estão reduzindo os saldos de empréstimo, evidenciando o valor líquido captado. Esses custos incorridos são amortizados pelo prazo de vencimento.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia tem empréstimos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) relacionadas com o cumprimento de índices financeiros, como segue:

- O índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA consolidado correspondente a 12 meses deverá ser igual ou inferior a 2,5.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Além da referida cláusula financeira, há outras cláusulas restritivas não financeiras que, em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se todas plenamente cumpridas.

A mensuração é feita anualmente (dezembro) com base nas respectivas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontrava-se adimplente com as cláusulas restritivas acima.

13 Debêntures

O Conselho de Administração aprovou captações de recursos por meio de emissão de debêntures em diferentes datas. Todas as debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações, nominativas, subordinadas e escriturais e podem ser sumariadas como abaixo:

	6ª. Emissão (ii)	7ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão
Valor total	R\$ 170.000	R\$ 300.000	R\$ 225.000	R\$ 200.000
Garantia	Quirografária, sem garantia	Quirografária, sem garantia	Quirografária, sem garantia	Quirografária, sem garantia
Início	Junho de 2017	Novembro de 2017	Junho de 2018	Novembro de 2018
Vencimento	Junho de 2019 (2 anos)	Novembro de 2020 (3 anos)	Junho de 2021 (3 anos)	Maior de 2021 (2,5 anos)
Amortização	3 parcelas semestrais, a partir do 1º Ano	2 parcelas, sendo 66,7% em Nov/19, e 33,3% na data de vencimento	2 parcelas, sendo 66,7% em Jun/20, e 33,3% na data de vencimento	Juros mensal e principal semestral
Remuneração	100,00% CDI + 1,8%a.a.	100,00% CDI + 2,3%a.a.	100,00% CDI + 2,3%a.a.	100,00% CDI + 2,2%a.a.
Pagamento da remuneração	Semestral	Semestral	Semestral	Mensal
Cláusulas de índices (Covenant) (i)	Dívida líquida/EBITDA consolidado ≤ 2,5	Dívida líquida/EBITDA consolidado ≤ 2,5	Dívida líquida/EBITDA consolidado ≤ 2,5	Dívida líquida/EBITDA consolidado ≤ 2,5
Saldo em 31.12.2018*	40.152	302.330	225.455	201.134

*Saldo não inclui os custos de transação

- (i) A mensuração sobre o cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) é feita anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em dezembro. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontrava-se adimplente com as cláusulas restritivas acima.
- (ii) A sexta emissão em 22 de dezembro de 2017 foi amortizada extraordinariamente no valor de R\$50.000.

Os vencimentos de curto e longo prazos das debêntures estão conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	321.074	78.576	321.074	78.576
Não Circulante	440.675	338.276	440.675	338.276
	<u>761.749</u>	<u>416.852</u>	<u>761.749</u>	<u>416.852</u>

O montante registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora/ Consolidado
2020	327.012
2021	<u>113.663</u>

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

440.675

Os custos de transação incorridos na captação dos recursos estão reduzindo os saldos de debêntures, evidenciando o valor líquido captado. Esses custos incorridos são amortizados pelo prazo de vencimento das debêntures. Para o exercício findo em 31 de dezembro 2018, a Companhia amortizou o montante de R\$ 4.106 (R\$ 5.180 em 31 de dezembro de 2017). A taxa média efetiva de juros em dezembro de 2018, de todas as debêntures, foi de 8,8% a.a. (equivalente a 135,0% a.a. do CDI) e em dezembro de 2017 foi de 12,16% a.a. (equivalente a 123,6% a.a. do CDI).

14 Instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2018	31.12.2017
Instrumentos financeiros derivativos	2.509	-
	2.509	-

Em 31 de dezembro de 2018 os montantes contratados de instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados na tabela abaixo:

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor em moeda local	Valor Justo a Pagar	Ganhos /(Perdas) Reconhecidos no Resultado
Moeda Estrangeira (USD x CDI)	Non Deliverable Forwards	31.663	2.509	(5.801)

O primeiro vencimento do instrumento acima foi em 01 de novembro de 2018 e o último está previsto para 02 de maio de 2019. O objetivo é proteger parcialmente as importações e os empréstimos em moeda estrangeira. A cotação média futura estimada do USD é de R\$ 4,21.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2018
Fornecedores nacionais	209.695	239.181	209.695	239.181
Fornecedores estrangeiros	13.853	35.705	14.867	35.705
	223.548	274.886	224.562	274.886

Representado principalmente por contas a pagar decorrentes de compras de produtos acabados, insumos utilizados na produção, como tecidos, aviamentos e outros, e prestação de serviços referentes à confecção de produtos.

16 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PIS/COFINS (i)	1.659	8.294	1.659	8.294
ICMS	49.631	38.912	49.631	38.912
IR/CSLL	-	7.577	-	7.577
Outros	984	1.311	1.022	1.311
	52.274	56.094	52.312	56.094

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Circulante	32.794	54.435	32.832	54.435
Não Circulante	19.480	1.659	19.480	1.659
	<u>52.274</u>	<u>56.094</u>	<u>52.312</u>	<u>56.094</u>

- (i) Em abril de 2017, a Companhia aderiu a PRT, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

17 Financiamentos de impostos e incentivos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Refis - Lei 9.964/00	-	1.498	-	1.498
Refis - Lei 11.941/09	-	113	-	113
ICMS - PRODEC	4.675	8.336	4.675	8.336
Ajuste a valor presente - PRODEC	(300)	(918)	(300)	(918)
	<u>4.375</u>	<u>9.029</u>	<u>4.375</u>	<u>9.029</u>
Circulante	4.375	5.408	4.375	5.408
Não Circulante	-	3.621	-	3.621
	<u>4.375</u>	<u>9.029</u>	<u>4.375</u>	<u>9.029</u>

18 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Salários a pagar	9.016	11.604	9.016	11.604
IR sobre Folha	3.712	3.451	3.712	3.451
Obrigações previdenciárias - FGTS/INSS	4.419	10.316	4.419	10.316
Provisão - férias e encargos	19.014	19.747	19.014	19.747
Outros	3.454	282	454	282
	<u>39.615</u>	<u>45.400</u>	<u>36.615</u>	<u>45.400</u>

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Aluguel a pagar	12.441	14.618	12.441	14.618
Provisão para aluguel linear	1.268	1.531	1.268	1.531
Fundo de comércio a pagar	210	210	210	210
Outras contas a pagar (i)	135	4.408	484	4.408
Comissão para representantes	1.575	5.756	1.575	5.756
Contas a pagar oferta pública	-	3.046	-	3.046
	<u>15.629</u>	<u>29.569</u>	<u>15.978</u>	<u>29.569</u>

- (i) Representado substancialmente por contas a pagar para *shoppings centers* e estão sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGP-M ou IGP-DI ao ano, conforme especificado em cada contrato. Esses recursos são utilizados na obra de remodelação dos espaços comerciais.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

20 Arrendamento mercantil financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	1.351	1.287	1.351	1.287
Não Circulante	11.065	12.415	11.065	12.415
	<u>12.416</u>	<u>13.702</u>	<u>12.416</u>	<u>13.702</u>

Referente ao contrato de arrendamento de imóvel da sede administrativa, celebrado em 30 de setembro de 2011, na controladora, com características de arrendamento mercantil financeiro.

O montante registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado
2020	1.540
2021	1.495
2022 a 2026	<u>8.030</u>
	<u>11.065</u>

21 Partes relacionadas**21.1 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 compreendem:

	Restoque S.A.	Restoque Internacional LLC
Contas a receber (Nota 6)	2.936	-
Fornecedores (Nota 15)	-	2.936
Dividendos a pagar (Nota 23.4)	24.583	-
Receita de Vendas	2.936	-
Custo dos produtos vendidos	(2.642)	-

21.2 Remuneração da Administração

Os gastos com remuneração dos administradores (conselheiros e diretores) da Companhia no exercício são resumidos como segue:

	Diretoria		Conselho	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Salários, honorários e encargos sociais	5.115	6.682	1.077	900
Bônus	4.062	3.434	-	-
Plano de opção de ações (Nota 23.5)	456	476	-	-
	<u>9.633</u>	<u>10.592</u>	<u>1.077</u>	<u>900</u>

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

22 Provisão para contingências**a) Riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de naturezas fiscal, cível, trabalhista e previdenciária.

	31.12.2017	Adições	Pagamentos	31.12.2018
FAP/RAT/Trabalhistas	6.059	2.735	(2.501)	6.293
Cíveis	187	865	(434)	618
Tributários	89	-	(89)	-
	<u>6.335</u>	<u>3.600</u>	<u>(3.024)</u>	<u>6.911</u>

A provisão da Companhia é composta, basicamente, por 284 (223 em 2017) processos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários. Os processos trabalhistas, movidos por ex-empregados consistem em sua maioria em pleitos relativos a pagamentos de verbas rescisórias e horas extras.

Perdas possíveis

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31.12.2017	31.12.2018
FAP/RAT/Trabalhistas	8.003	9.095
Cíveis	3.796	4.461
ICMS (Governo do Estado)	26.759	37.132
Impostos Federais	1.192	8.867
	<u>39.750</u>	<u>59.688</u>

b) Depósitos judiciais

A Companhia tem registrado o montante de R\$ 6.822 (R\$ 6.147 em 31 de dezembro de 2017), representado, substancialmente, por depósitos referentes ao questionamento sobre o recolhimento do FAP (Fator Previdenciário - INSS) e processos trabalhistas.

23 Patrimônio líquido**23.1 Capital social integralizado**

O capital social emitido e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 700.000 (R\$ 417.038 em 31 de dezembro de 2017), representado por 51.600.829 (cinquenta e um milhões, seiscentas mil e oitocentas e vinte e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 71.428.571 ações ordinárias, sem valor nominal.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento da totalidade de ações ordinárias emitidas pela Companhia, adotando-se a proporção de sete para um, sem alteração no capital social.

Conforme previsto pela AGE de 30 de abril de 2018, foi convocada e realizada uma nova AGE em 04 de julho de 2018, onde foram aprovados, dentre outros temas, o aumento de capital social da Companhia de R\$417.038 para R\$700.000, mediante a capitalização de R\$282.962 da reserva de capital. Sendo assim, o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$700.000 representado por 51.600.829 (cinquenta e um milhões, seiscentas mil e oitocentas e vinte e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	%
Marcelo Faria de Lima (i)	13.249.814	25,68%
Marcio da Rocha Camargo (i)	12.499.465	24,22%
Fundos Sob Gestão da Warburg Pincus	11.186.488	21,68%
Fundos Sob Gestão da Advent International	11.076.893	21,47%
Outros	3.588.169	6,95%
Total	51.600.829	100,00%

- (i) Posição detida direta e indiretamente, incluindo entidades controladas, fundos de investimento e carteiras sob sua gestão.

A Companhia não tem acionista controlador ou grupo de acionistas que detém o controle acionário.

23.2 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Numerador básico:		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	103.463	420.568
Denominador básico:		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	51.601	51.601
Lucro por ação - Básico	<u>2,0051</u>	<u>8,15038</u>
Diluído		
Numerador diluído:		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	103.463	420.568
Denominador diluído:		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	51.601	51.601
Mais:		
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações (em milhares)	19	41
Lucro por ação - diluído	<u>2,0043</u>	<u>8,14391</u>

23.3 Plano de opção de ações

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Durante o exercício de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opções de compra de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2013.

O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo da Black & Scholes a ser registrado em uma base *pro rata temporis*, durante o período de prestação de serviços até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Esse modelo é calculado com base em premissas, como o valor de mercado da cotação da ação da Companhia na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato e prestação do serviço. É registrado tendo como vigência o período da prestação do serviço, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Em 5 de março de 2015, foi outorgada a opção de compra de 2.000.000 (dois milhões) de ações, no montante de R\$ 1.614, com a taxa de dividendos entre 9,53% e 10,16%, a volatilidade entre 40,97% e 41,30%, a taxa livre de risco entre 13,02% e 13,43% e o valor justo da opção entre 0,2397 e 1,3515. O período de *vesting* iniciou-se em 30 de abril de 2015 e durou até 5 de março de 2019. Em 2016, a parte da opção de compra foi extinta como prevista no plano por causa do desligamento do beneficiário.

Em 30 de setembro de 2015, foi outorgada a opção de compra de mais de 2.000.000 (dois milhões) de ações, no montante de R\$ 870, com a taxa de dividendos de 10,02%, a volatilidade de 40,89%, a taxa livre de risco entre 15,35% e 15,53% e o valor justo da opção entre 0,2647 e 0,5504. O período de *vesting* inicia-se em 1º de outubro de 2016 dura até 1º de outubro de 2019. Em 2016, a opção de compra foi extinta como prevista no plano por causa do desligamento do beneficiário.

Em 2 de outubro de 2015, foi outorgada a opção de compra de mais de 1.000.000 (um milhão) de ações, no montante de R\$ 484, com a taxa de dividendos de 10,02%, a volatilidade de 40,89%, a taxa livre de risco entre 15,35% e 15,87% e o valor justo da opção entre 0,2697 e 0,6067. O período de *vesting* inicia-se em 1º de outubro de 2016 e dura até 1º de outubro de 2020. O total de despesa incorrido no resultado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 456 (R\$ 476 em 2017).

Durante o exercício de 2016, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opções de compra de 1.000.000 (um milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2013.

O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo da Black & Scholes a ser registrado em uma base *pro rata temporis*, durante o período de prestação de serviços até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Esse modelo é calculado com base em premissas, como o valor de mercado da cotação da ação da Companhia na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato e prestação do serviço. É registrado tendo como vigência o período da prestação do serviço, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Em 13 de dezembro de 2016, foi outorgada a opção de compra de 1.000.000 (um milhão) de ações, no montante de R\$ 1.535, com volatilidade de 52,41%, a taxa livre de risco entre 13,76% e o valor justo da opção entre 0,9411 e 1,9836. O período de vesting inicia-se em 13 de dezembro de 2017 e dura até 13 de dezembro de 2020. O total de despesa incorrido no resultado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 456 (R\$ 476 em 2017).

O total de despesa incorrido no resultado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 456 (R\$ 476 em 2017).

23.4 Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação, no montante de 25% do lucro líquido após a constituição das reservas obrigatórias por lei. Em 31 de dezembro de 2018, o dividendo obrigatório pode ser assim demonstrado:

	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	103.463
Reserva legal (5%)	<u>(5.173)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>98.290</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	24.572

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Para o saldo que remanesce em lucros acumulados, será proposta a sua retenção em reserva de lucros, para fazer face a orçamento de capital apresentado pela Administração, a ser aprovado posteriormente na Assembleia que delibera pela aprovação dessas demonstrações financeiras e pelo pagamento dos dividendos.

23.5 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia firmou com o Estado de Goiás o direito de usufruir o benefício do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), a partir de março de 2017 até 31 de dezembro de 2040. Em contrapartida, o projeto prevê basicamente a realização de investimentos em uma planta industrial e em recursos humanos. A Companhia vem cumprindo com esses investimentos na forma acordada e instalou sua planta industrial em 2017 no município de Aparecida de Goiânia/GO.

O incentivo do PRODUZIR consiste em uma subvenção para investimento equivalente a 73% (setenta e três por cento) da parcela do ICMS, pelo cumprimento de contrapartidas exigidas pelo Estado, observando o art. 9º da Lei Complementar nº 160/2017. A Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás e aguarda a formalização para iniciar o processo de utilização do PRODUZIR.

O Estado de Goiás concede o benefício do Crédito Outorgado para efeito de compensação de ICMS para as empresas industriais de vestuário instaladas nesse Estado. O crédito outorgado corresponde à aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da base de cálculo correspondente à operação interestadual com produto de fabricação própria destinado à comercialização ou industrialização (10% nas operações internas) e 3% para os produtos acabados adquiridos para comercialização interestadual. A Companhia tem como obrigação estar instalada e ter atividades industriais em Goiás, em contrapartida, deve realizar o depósito

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

de 5% sobre o benefício utilizado para o Fundo PROTEGE (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás).

A Companhia usufruiu deste benefício cujo montante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 50.437 (2017 foi de R\$ 14.142), que foi reconhecido no mês de competência e contabilizado diretamente no resultado do exercício, reduzindo o valor total do tributo devido.

24 Receita líquida de vendas

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos de Clientes, que trata sobre a nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. Esta norma estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) A reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas.

- Venda de mercadorias – atacado e varejo: a Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito e a prazo através de cartões de crédito.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita bruta fiscal	1.770.704	1.311.475	1.771.392	1.803.740
Impostos sobre vendas	(367.727)	(323.345)	(367.727)	(394.739)
Devoluções e abatimentos (i)	(159.457)	(114.950)	(159.520)	(159.185)
Total da receita contábil	<u>1.243.520</u>	<u>873.180</u>	<u>1.244.145</u>	<u>1.249.816</u>

- (i) De acordo com a política de devoluções da Companhia, o cliente recebe no ato da devolução um vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

25 Custo dos Produtos Vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Custo de revenda de mercadorias	(301.073)	(258.629)	(301.188)	(354.580)
Custo de venda de itens produzidos	(150.536)	(129.315)	(150.594)	(177.290)
	<u>(451.609)</u>	<u>(387.944)</u>	<u>(451.782)</u>	<u>(531.870)</u>

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Despesas com pessoal	(230.403)	(185.745)	(230.673)	(199.533)
Despesas com ocupação	(147.099)	(115.688)	(148.785)	(143.801)
Despesas com marketing	(82.771)	(50.344)	(83.664)	(63.054)
Despesas de depreciação e amortização	(66.462)	(100.510)	(66.699)	(115.262)
Comissão de cartão de crédito	(21.670)	(18.519)	(21.718)	(21.634)
Outras	(39.007)	(15.682)	(40.090)	(64.935)
	<u>(587.412)</u>	<u>(486.488)</u>	<u>(591.629)</u>	<u>(608.219)</u>
Despesas gerais e administrativas	(99.075)	(184.511)	(98.913)	(227.371)
Despesas com vendas	(488.337)	(301.977)	(489.715)	(380.848)
	<u>(587.412)</u>	<u>(486.488)</u>	<u>(591.629)</u>	<u>(608.219)</u>

27 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Outras receitas				
Crédito PIS e COFINS (i)	64.678	-	64.678	-
Prêmio convênio bancos	10.325	-	10.325	11.795
Outras receitas operacionais	7.490	10.631	8.215	10.632
	<u>82.493</u>	<u>10.631</u>	<u>83.218</u>	<u>22.427</u>
Outras despesas				
Provisão contingência	(4.446)	(3.059)	(4.446)	(3.059)
Outras receitas operacionais	-	(243)	(4.696)	(243)
	<u>(4.446)</u>	<u>(3.302)</u>	<u>(9.142)</u>	<u>(3.302)</u>

(i) Veja natureza deste saldo na nota explicativa 8.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas financeiras		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Variações passivas (i)	(17.745)	(2.303)	(17.745)	(3.249)
Marcação a mercado de derivativos (ii)	(5.801)	(630)	(5.801)	(630)
Juros	(117.705)	(131.552)	(117.705)	(144.301)
Despesas bancárias	(2.469)	(1.708)	(2.469)	(3.876)
AVP despesas financeiras	(633)	(695)	(633)	(695)
Multas passivas	-	(2.726)	-	(2.726)
Amortização do custo de transação de empréstimos e debênture	(4.799)	(21.608)	(4.799)	(21.608)
Outras	(7.887)	(6.327)	(7.905)	(9.882)
	<u>(157.039)</u>	<u>(167.549)</u>	<u>(157.057)</u>	<u>(186.967)</u>
Receitas financeiras				
Variações ativas (i)	5.313	2.551	5.313	3.243
Rendimento de aplicação financeira	5.922	6.080	5.922	8.788
Outras	1.253	3.605	1.253	5.155
	<u>12.488</u>	<u>12.236</u>	<u>12.488</u>	<u>17.186</u>
Resultado Financeiro	<u><u>(144.551)</u></u>	<u><u>(155.313)</u></u>	<u><u>(144.569)</u></u>	<u><u>(169.781)</u></u>

- (i) Referem-se, substancialmente à variação cambial sobre os empréstimos e saldos de bancos denominados em moeda estrangeira e à variação cambial sobre os fornecedores estrangeiros.
- (ii) Referem-se ao resultado financeiro da operação de derivativo, conforme nota 14.

29 Imposto de renda e contribuição social**29.1 Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

29.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo de imposto diferido		
Diferenças temporárias		
Provisão para estoques	3.844	17.848
Impairment de ativos não financeiros (i)	18.381	59.439
Provisão aluguel linear	431	521
Provisão para riscos trabalhistas e tributários	2.350	2.154
Outras provisões	1.179	4.411
Plano de opções de ações	498	343
Variação cambial diferida	725	234
Contas a Pagar Derivativos	853	-
Depreciação arrendamento imóvel	2.798	2.362
AVP despesas financeiras	3.604	3.388
Ágio sobre rentabilidade futura da Dudalina S.A. (ii)	501.064	560.013
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (iii)	206.474	124.735
Total dos tributos diferidos ativos	<u>742.201</u>	<u>775.448</u>

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Passivo de imposto diferido

Diferença de taxas de depreciação	-	(5.136)
Amortização do fundo de comércio	(4.747)	(4.747)
Pagamento do arrendamento imóvel	(3.897)	(3.244)
Valor justo da aquisição da Dudalina S.A. (iv)	(45.030)	(45.695)
Adição do acervo líquido da incorporação da Dudalina S.A.	(3.494)	(5.630)
Outras	(10.613)	(10.613)
Total dos tributos diferidos passivos	<u>(67.781)</u>	<u>(75.065)</u>
Imposto de renda e contribuição diferidos líquidos	<u>674.420</u>	<u>700.383</u>

- (i) Refere-se à provisão de reestruturação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.
- (ii) Refere-se ao ágio sobre rentabilidade futura, conforme explicado abaixo.
- (iii) A Companhia realizou aproveitamento de prejuízo fiscal para compensação de impostos federais no montante de, aproximadamente, R\$ 42.000 mil, de acordo com o Programa de Regularização Tributária (PRT), realizada pela Companhia em abril de 2017, conforme Nota Explicativa nº 8. Em contrapartida da redução mencionada, houve aumento no saldo de, aproximadamente, R\$ 50.000 mil em função da baixa por *impairment*. A expectativa da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social considera as projeções de lucros tributáveis futuros e a reestruturação da Companhia descrita no contexto operacional (nota explicativa 1).
- (iv) Refere-se ao imposto de renda diferido, calculado sobre os montantes identificados para determinar a diferença entre os valores de aquisição contábil e o valor justo da Dudalina S.A.

Em 21 de novembro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, foi concluída a incorporação de 100% das ações de emissão da Dudalina pela Restoque, quando então a Dudalina passou a ser sua subsidiária integral.

À época foi identificado o valor justo dos ativos e passivos da Dudalina na data da aquisição, em atendimento ao CPC 15; portanto, para fins contábeis, gerou um ágio após as alocações de R\$ 1.603.957. Naquela ocasião, estava em vigor o Regime Tributário de Transição (RTT), que fazia com que os ajustes decorrentes da adoção da IFRS na contabilidade brasileira não tivessem efeitos tributários. Antes da adoção da IFRS no Brasil, o ágio fiscal era apurado na prática, em geral, como a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido contábil da empresa adquirida.

Nosso entendimento é o de que as alocações do preço de compra para fins contábeis e para fins fiscais são conceitualmente distintas e, por isso, adotou-se a política contábil de tratá-los de forma distinta, como duas transações desconexas, embora derivadas da mesma transação.

O ágio fiscal apurado, no momento da transação, pode ser descrito como segue:

	R\$ mil
Valor pago pela aquisição do controle (a)	1.784.299
Patrimônio líquido contábil – Dudalina (b)	137.203
Valor do ágio para fins fiscais (a – b)	1.647.096

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

de antecipar seus efeitos para 2014. A Restoque optou por não retroagir na adoção da Lei nº 12.973/14 e, dessa forma, essa aquisição deve ser observada no contexto do RTT. A Lei nº 12.973/14 basicamente equipara os tratamentos contábil e fiscal do ágio, ou seja, determina que para fins fiscais seja feita também a alocação do preço de compra reconhecendo os valores justos de ativos e passivos identificáveis, tal como previsto no CPC 15.

O art. 65 da Lei nº 12.973/14 prevê que, no caso de incorporações feitas até 31 de dezembro de 2017 e desde que a aquisição tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, o tratamento fiscal anterior (Lei nº 9.532/97) seja adotado. Esse é exatamente o caso da aquisição da Dudalina.

O montante registrado no ativo diferido líquido em 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte cronograma previsto de realização:

2019	56.686
2020	66.747
2021	74.827
2022	83.274
2023	91.060
após 2023	301.826
	674.420

A conciliação da despesa calculada pela alíquota combinada e da despesa de imposto de renda e contribuição social do resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes dos impostos	129.426	(248.910)	129.426	(213.840)
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(44.005)	84.629	(44.005)	72.706
Adições não temporárias	(280)	(65)	(280)	(65)
Exclusões Permanentes - Equivalência Patrimonial Restoque Internacional	(959)	24.901	(959)	-
Diferença entre apuração pelo Lucro Real versus presumido	-	-	-	1.754
IR/CSLL sobre ágio gerado na incorporação da Dudalina S.A.	-	560.013	-	560.013
Benefício Fiscal	17.148	-	17.148	-
Outras	2.133	-	2.133	-
	(25.963)	669.478	(25.963)	634.408
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período				
Corrente	-	-	-	(19.086)
Diferido	(25.963)	669.478	(25.963)	653.494
Efeito do Imposto do Renda e Contribuição Social no Resultado do Exercício	(25.963)	669.478	(25.963)	634.408
Alíquota efetiva - %	-20%	-269%	-20%	-297%

30 Ônus, responsabilidades eventuais e compromissos

a. Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia tem compromissos assumidos com locadores de diversas lojas, incluindo operacionais e aquelas em desenvolvimento, já contratados em 31 de dezembro de 2018, cujos contratos contêm cláusulas específicas tratando de cancelamentos. Os valores de aluguéis são compostos de valores fixos mensais reajustáveis, e em percentual sobre o faturamento da loja, prevalecendo dos dois o maior, e, em alguns casos, em dezembro o aluguel fixo mínimo é considerado em dobro. O valor conhecido dos compromissos assumidos é de:

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Consolidado
2019	53.882
2020	40.974
A partir de 2021	53.730
	<u>148.586</u>

b. Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia tem compromissos de arrendamento para um item do imobilizado. Esse arrendamento tem prazo de renovação, contempla opção de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.920	1.351
Após um ano, mas menos de cinco anos	7.680	6.113
Mais de cinco anos	5.280	4.952
	<u>14.880</u>	<u>12.416</u>
Total dos pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros		
	<u>14.880</u>	<u>12.416</u>
(-) Encargos financeiros	(2.464)	
Valor presente dos pagamentos de arrendamentos mínimos	<u>12.416</u>	

31 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na Nota explicativa 3. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

(i) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. .

Ativos e passivos consolidados		Valor contábil				Valor justo
31 de dezembro de 2018						
<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Obrigatoriamente VRJ e outros	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	5	238.589	-	-	238.589	238.589
Clientes – Administradora de cartões de crédito	6	7.696	-	-	7.696	7.696
		<u>246.285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>246.285</u>	<u>246.285</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	5	-	790	-	790	790
Bancos em moeda nacional	5	-	7.413	-	7.413	7.413
Contas a receber de clientes	6	-	52.268	-	52.268	52.268
Outros créditos a receber		-	17.410	-	17.410	17.410
		<u>-</u>	<u>77.881</u>	<u>-</u>	<u>77.881</u>	<u>77.881</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Instrumentos financeiros derivativos	14	2.509	-	-	2.509	2.509
		2.509	-	-	2.509	2.509

Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo

Empréstimos e financiamentos	12	-	-	337.547	337.547	337.547
Debêntures	13	-	-	761.749	761.749	761.749
Fornecedores	15	-	-	224.562	224.562	224.562
Outras contas a pagar	19	-	-	15.977	15.977	15.977
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	12.416	12.416	12.416
Dividendos a pagar	23.6	-	-	24.583	24.583	24.583
		-	-	1.376.834	1.376.834	1.376.834

Ativos e passivos consolidados**31 de dezembro de 2017**

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Obrigatoriamente VRJ e outros	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	5	403.329	-	-	403.329	403.329
Clientes – Administradora de cartões de crédito	6	20.642	-	-	20.642	20.642
		423.971	-	-	423.971	423.971
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	5	-	3.693	-	3.693	3.693
Bancos em moeda nacional	5	-	2.399	-	2.399	2.399
Bancos em moeda estrangeira	5	-	319	-	319	319
Contas a receber de clientes	6	-	43.431	-	43.431	43.431
Outros créditos a receber		-	13.618	-	13.618	13.618
		-	63.460	-	63.460	63.460
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	596.060	596.060	596.060
Debêntures	13	-	-	416.852	416.852	416.852
Fornecedores	15	-	-	274.886	274.886	274.886
Outras contas a pagar	19	-	-	29.569	29.569	29.569
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	13.702	13.702	13.702
Dividendos a pagar	23.6	-	-	96.525	96.525	96.525
		-	-	1.427.594	1.427.594	1.427.594

(ii) Mensuração do valor justo**a. Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis**

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 3.3.13.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<i>Aplicações financeiras</i>	Aplicações financeiras em CDBs remunerados pela variação do CDI, com taxas que variavam de 96% a 100,5% do referido índice. Não são vendidas e são liquidadas diretamente com a contraparte, de modo que o valor contábil apresentado consiste numa aproximação razoável do valor justo	Não aplicável.	Não aplicável.
<i>Clientes – Administradoras de cartões de crédito</i>	A Companhia tem como política descontar estes recebíveis junto a instituições financeiras. Por este fato, o modelo de negócios aplicável é o de negociação constante dos recebíveis no curto prazo. O valor justo é obtido pela aplicação do desconto em	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	relação ao valor de face dos recebíveis negociados com as instituições financeiras.		
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>	A metodologia de precificação de Non-Deliverable Forward é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão	Não aplicável.	Não aplicável.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável.

- (*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia, debêntures, passivos de arrendamento mercantil financeiro, fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar

(iii) Gerenciamento dos riscos financeiros

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (c)(ii));
- Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e
- Risco de mercado (veja (c)(iv)).

(iv) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Diretoria Financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Diretoria reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

(v) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber reconhecidas no resultado do exercício foi de R\$ 815 (R\$ 6.079 em 31 de dezembro de 2017).

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da Diretoria Financeira.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. Apesar disso, a Companhia possui contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida, pois monitora constante e consistentemente seus índices de inadimplência e entende que o valor de uma provisão para perda esperada seria imaterial, considerando seu patamar histórico de perdas efetivas.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por região geográfica era:

	Valor contábil consolidado	
<i>Em milhares de Reais</i>	2018	2017
Brasil	59.915	64.073
Estados Unidos	49	-
Total	59.964	64.073

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era:

	Valor contábil consolidado	
<i>Em milhares de Reais</i>	2018	2017
Clientes no atacado	52.268	43.431
Clientes no varejo	7.696	20.642
	59.964	64.073

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil do cliente mais relevante da Companhia é de R\$ 8.030 mil.

(vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Total	1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	337.547	355.955	309.957	45.808	190	-
Debêntures	761.749	860.497	381.824	359.143	119.530	-
Fornecedores	224.562	224.562	224.562	-	-	-
Outras contas a pagar	15.978	15.978	15.978	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	12.416	14.880	1.920	1.920	5.760	5.280
Dividendos a pagar	24.583	24.583	24.583	-	-	-
	<u>1.376.835</u>	<u>1.496.455</u>	<u>958.824</u>	<u>406.871</u>	<u>125.480</u>	<u>5.280</u>
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos financeiros derivativos	2.509	2.509	2.509			

31 de dezembro de 2017

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Total	1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	596.060	639.900	422.891	214.987	2.022	-
Debêntures	416.852	492.501	114.173	269.226	109.102	-
Fornecedores	274.886	274.886	274.886	-	-	-
Outras contas a pagar	29.569	29.569	29.569	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	13.702	16.800	1.920	1.920	5.760	7.200
Dividendos a pagar	96.525	96.525	96.525	-	-	-
	<u>1.427.594</u>	<u>1.550.181</u>	<u>939.964</u>	<u>486.133</u>	<u>116.884</u>	<u>7.200</u>

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13, a Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia pague tais operações antes da data indicada na tabela acima. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar à medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os fluxos de caixa futuros referentes aos instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(vii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Diretoria Financeira. A Companhia não aplica contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano e captação de empréstimos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano (USD))

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31.12.2018		31.12.2017	
	R\$	USD	R\$	USD
<i>Em milhares de Reais</i>				
Recebíveis	943	243	-	-
Fornecedores em moeda estrangeira	(13.853)	(3.576)	(35.705)	(10.795)
Empréstimo - Finimp	(15.034)	(3.881)	(25.070)	(7.580)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(27.944)	(7.214)	(60.775)	(18.375)
Contratos cambiais futuros (NDF)	(2.509)	(648)	-	-
Exposição líquida	(29.953)	(7.962)	(60.775)	(18.375)

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2018	2017	2018	2017
<i>Real</i>				
BRL x 1 USD	3,6558	3,1925	3,8742	3,3074

Sensibilidade a taxa de câmbio

Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro “B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão” de acordo com a data base da próxima divulgação.

Consolidado	Saldo em 31.12.2018	Cenário Possível	Sensibilidade	
			25%	50%
	R\$	R\$ (i)	R\$ (i)	R\$ (i)
Recebíveis	943	6	8	9
Fornecedores em moeda estrangeira	(13.853)	(90)	(113)	(135)
Empréstimo - Finimp	(15.034)	(98)	(122)	(147)
Exposição Líquida	(27.944)	(182)	(227)	(273)
Non-Deliverable Forward (Hedge)	(2.509)	(188)	(235)	(282)

- (i) Corresponde ao valor adicional de (despesa) ou receita, líquida, que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2018.

(viii) Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e swap. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI e, também, com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 6,43% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Consolidado	Saldo em 31.12.2018	Cenário Provável	Sensibilidade	
			25%	50%
		(i)	(i)	(i)
Aplicações Financeiras vinculadas ao CDI	238.589	72	89	107
Empréstimos - Moeda Nacional	(323.929)	(97)	(121)	(146)
Debêntures (Passivo)	(761.749)	(229)	(286)	(343)
Exposição Líquida	(847.089)	(254)	(318)	(382)

- (i) Corresponde à receita líquida, anual (isto é, 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido, se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2018.

32 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículo	Frota de veículos	157
Transportes	Transportes nacionais e Internacionais	7.783
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	8.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	50.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	287.611

33 Demonstrações dos fluxos de caixa**a. Variações do passivo decorrente de atividade de financiamento**

A Companhia apresentou as seguintes variações no passivo decorrente as atividades de financiamento no exercício, conforme demonstrado no fluxo de caixa.

	Saldo em 31.12.2017	Variação do fluxo de caixa		Apropriações de Juros	Variações Cambiais	Saldo em 31.12.2018
		Adição	Pagamento de principal e juros			
Debêntures	416.852	418.553	(123.488)	49.832	-	761.749
Empréstimos e financiamentos	596.060	226.141	(527.659)	39.582	3.423	337.547
Arrendamento mercantil financeiro	13.702	-	(1.919)	633	-	12.416
Dividendos a pagar	96.525	24.572	(96.515)	-	-	24.582
	1.123.139	669.266	(749.581)	90.047	3.423	1.136.294

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Transações que não envolvem caixa

Venda do imóvel de Presidente Getúlio pelo montante de R\$ 2.200 mil, com o custo de R\$ 1.621 mil. O efeito nas demonstrações financeiras que não afetou o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 579 mil. Caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada nas rubricas do fluxo de caixa aumentando outras contas a receber e reduzindo o imobilizado. Em 2017 não houve transações que não tenham envolvido o caixa.

Notas Explicativas

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

34 Eventos Subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a proposta de emissão de 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 10ª (décima) emissão da Companhia, não conversíveis em ações, em até 2 (duas) séries, da espécie quirografária, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) sendo R\$380.800.000,00 (trezentos e oitenta milhões e oitocentos mil reais) referente as Debentures da Primeira série e R\$69.200.000,00 (Sessenta e nove milhões e duzentos mil reais) referente as Debentures da Segunda série, (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. As Debêntures terão prazo de vencimento de (i) 3 (três) anos para as Debêntures da Primeira Série; e (ii) 4 (quatro) anos para as Debêntures da Segunda Série. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais). As Debêntures da Primeira Série serão amortizadas em 2 (duas) parcelas iguais e semestrais, sendo a primeira devida março 2021 e (ii) das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 4 (quatro) parcelas iguais e semestrais, sendo a primeira devida março de 2021. A remuneração será de 100% do CDI acrescido de 2,30% ao ano para as Debentures da Primeira série e 100% do CDI acrescido de 2,45% ao ano para as Debentures da segunda série. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão.

Proposta de Orçamento de Capital**Proposta de Orçamento de Capital**

Senhores Acionistas,

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do Artigo 25, §1º. IV da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, apresentamos para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2019, no valor de R\$ 23,3 milhões conforme abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2019.

O plano de orçamento de capital para o período de 2019 a 2023 totaliza o montante de R\$ 573,9 milhões, assim distribuídos:

Investimentos em R\$ milhões	
	2019 a 2023
Varejo	79,3
Desenvolvimento de coleção	322,1
TI	78,8
Capital de giro	70,0
Outros	23,6
Total do orçamento de capital	573,9

Estes investimentos serão realizados prioritariamente com os lucros retidos na reserva de lucros, no montante de R\$ 523,3 milhões. Para fazer face ao valor da diferença, no montante de R\$ 50,7 milhões, deverão ser retidos resultados de exercícios futuros.

Valores em R\$ milhões

Reserva para orçamento de capital 2017	500,0
Destinação para reserva de orçamento de capital 2018	23,3
Reserva para orçamento de capital 2018	523,3
Recursos a serem retidos de resultados futuros	50,6
TOTAL	573,9
Total de investimentos	573,9

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao

Conselho de Administração e acionistas da

Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.

(“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura (decorrente da compra da Dudalina S.A.) e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida (marcas e patentes e fundo de comércio)

Veja notas 3.3.9, 3.3.13.b e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, saldos significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da compra da Dudalina S.A., ativo imobilizado e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida (marcas e patentes e fundo de comércio), cuja avaliação de valor recuperável envolve julgamentos críticos na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada unidade geradora de caixa.

As projeções de fluxos de caixa futuros incluem premissas e julgamentos significativos da Companhia, entre outras, relacionadas a projeções de fluxos de caixa, taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto.

Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

? Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contém ágios por expectativa de rentabilidade futura e/ou ativos intangíveis com vida útil indefinida.

? Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa acima referidas, tais como crescimento econômico projetado, inflação de custos e taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com os dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas.

? Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura (decorrente da compra da Dudalina S.A.) e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja notas 3.3.11b e 28.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria Como nossa auditoria conduziu esse assunto

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios.

Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

? Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos disponibilizadas pela Companhia.

? Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros e das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a sua determinação, bem como compararmos tais premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuarmos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas.

? Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e as diferenças temporárias, incluindo confronto das mesmas com as escriturações fiscais correspondentes e avaliação da natureza das diferenças temporárias apuradas.

? Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

— Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Reconhecimento e mensuração de créditos de PIS e Cofins por ICMS em sua base de cálculo

Veja nota 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em 19 de setembro de 2018 transitou em julgado no Supremo Tribunal Federal a ação coletiva impetrada pelo sindicato ao qual a Companhia é afiliada tendo por escopo o afastamento da exigência de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, confirmando assim a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo dos referidos tributos e, garantindo assim à Companhia, como afiliada, o direito de reaver os valores já recolhidos e atualizados até a data da referida sentença. Em função disso, foram reconhecidos no ativo montantes referentes a créditos de PIS e COFINS, mensurados com base em julgamentos e premissas da Companhia.

Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento subjacente à determinação das premissas significativas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações em tais premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

? Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em assuntos tributários e de natureza legal, da documentação relativa à decisão judicial (transitada em julgado) sobre o processo, das opiniões legais emitidas pelos assessores da Companhia, dos aspectos legais e tributários relativos à legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados.

? Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração de crédito fiscal relativo ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes das demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reapresentados. Nossa opinião não está ressalvado em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações do resultado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação do valor das despesas com comissões de cartão de crédito, descritos na nota 3.1, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 28 de março de 2018. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção

sobre eles tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram

considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43
NIRE nº 35.300.344.910
Companhia Aberta

Os diretores da Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. ("Companhia") abaixo relacionados, declaram que, para fins do artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e divulgadas nesta data.

São Paulo, 28 de março de 2019.

- Diretor Presidente: Livingston Martins Bauermeister
- Diretor Financeiro: Fernando Pedroso dos Santos
- Diretor de Relações com Investidores e de Varejo: Rafael de Camargo
- Diretora de Supervisão de Lojas: Renata Caldeira Viacava
- Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos: Alissa Exel Nunes Prince Lemos
- Diretor de Atacado e Franquias: Elton Rodrigo Deretti
- Diretora de Recursos Humanos: Andrea Corbioli
- Diretor de Planejamento Financeiro: Jean Michel Passos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S/A
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43
NIRE nº 35.300.344.910
Companhia Aberta

Os diretores da Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. ("Companhia") abaixo relacionados, declaram que, para fins do artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e divulgadas nesta data.

São Paulo, 28 de março de 2019.

- Diretor Presidente: Livingston Martins Bauermeister
- Diretor Financeiro: Fernando Pedroso dos Santos
- Diretor de Relações com Investidores e de Varejo: Rafael de Camargo
- Diretora de Supervisão de Lojas: Renata Caldeira Viacava
- Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos: Alissa Exel Nunes Prince Lemos
- Diretor de Atacado e Franquias: Elton Rodrigo Deretti
- Diretora de Recursos Humanos: Andrea Corbioli
- Diretor de Planejamento Financeiro: Jean Michel Passos